



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Suzan Cleyde Martins Figueirêdo

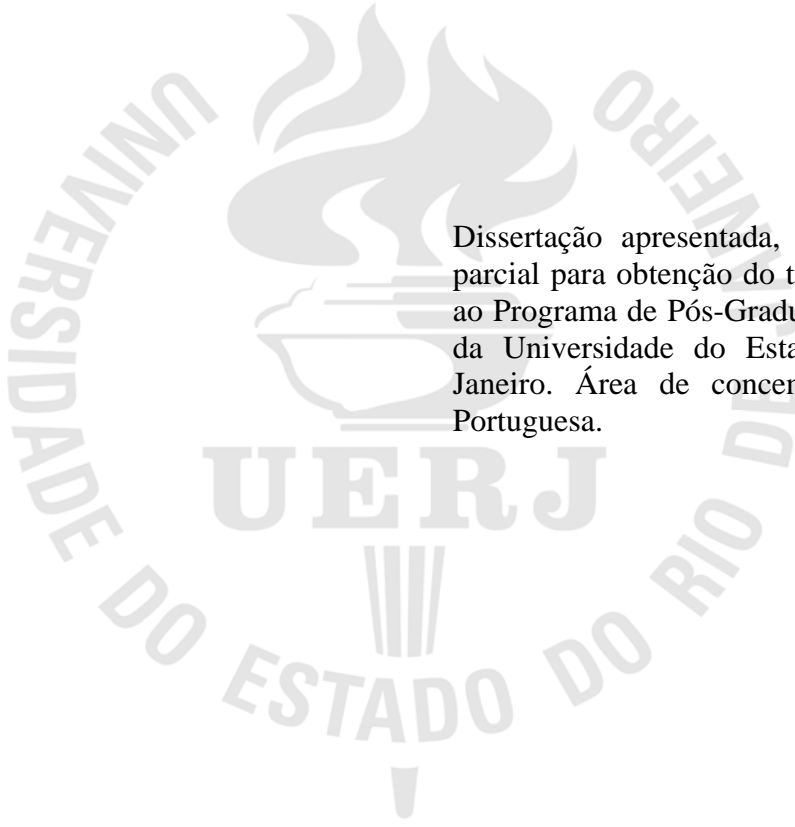
A origem do português brasileiro: o caminho percorrido

Rio de Janeiro

2012

Suzan Cleyde Martins Figueirêdo

A origem do português brasileiro: o caminho percorrido



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

F475 Figueirêdo, Suzan Cleyde Martins.
A origem do português brasileiro: o caminho percorrido /
Suzan Cleyde Martins Figueirêdo. – 2012.
81 f.: il.

Orientador: Claudio Cezar Henriques.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio
de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa – Brasil – História - Teses. 2.
Língua portuguesa – História – Teses. 3. Linguística histórica –
Brasil - Teses. 4. Mudanças linguísticas – Teses. 5.
Sociolinguística – Teses. 6. Crioulos (Grupo étnico) - Teses. I.
Henriques, Claudio Cezar. II. Universidade do Estado do Rio
de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90(81)(091)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Suzan Cleyde Martins Figueirêdo

A origem do português brasileiro: o caminho percorrido

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 13 de dezembro de 2012.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques (Orientador)
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Ana Lucia de Souza Henriques
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Lúcia Helena Martins Gouvêa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2012

DEDICATÓRIA

In memoriam

A Paim

Por ensinar com o seu exemplo o amor ao conhecimento. O meu amor infantil enxergou a sua inteligência e o seu respeito aos livros e plantou em mim a vontade de saber. Ganhar seu orgulho foi minha primeira motivação para aprender; sua alegria com cada sucesso meu foi o prêmio mais desejado e o alimento para a busca de novas empreitadas.

Pai, se seu sonho virou o meu, minha conquista também é a sua.

Este novo passo dado, Paim, este novo degrau alcançado ainda é para merecer seu orgulho.

Eu quero sentir em meu coração o seu prazer pela minha conquista; eu quero fechar os olhos e ver o seu sorriso orgulhoso, seus olhos brilhando.

Eu ainda vejo, Paim, eu ainda sinto.

AGRADECIMENTOS

Obrigada, UEMA, porque foi somente o emprego público que viabilizou a continuidade dos meus estudos;

Obrigada, Sr. Reitor José Augusto, pela clareza do seu entendimento da necessidade de capacitação dos professores da universidade cujos rumos tem nas mãos;

Obrigada, CESBA, porque se tornou parte importante da minha vida e porque foi aí que nasceu a ideia e a oportunidade concreta do mestrado;

Obrigada, colegas, por dividirem comigo e por terem deixado que eu dividisse com vocês as ansiedades, as dúvidas, as alegrias, os louros (e também as despesas!);

Obrigada, professores da UERJ, pela disposição de socializar seu conhecimento com seus colegas tão menos preparados;

Obrigada, meu orientador, Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques, pela paciência com a minha mudança de tema, pela orientação segura, pela tranquilidade, pela leveza e pelos prazos estendidos! Obrigada, mesmo, professor. Foi um privilégio.

Obrigada, Márcia, que ao longo da experiência do mestrado passou de colega a amiga. Márcia, o título de mestra vai ser importante, como nós sabemos, mas antes deste eu recebi de ti o preciosíssimo título de amiga. Eu não vou esquecer. Por sua causa o mestrado vai para sempre me trazer a lembrança de companheirismo, afinidade, entendimento, sinceridade e cumplicidade. E riso, muito riso! Se essas palavras não são a própria essência da amizade, eu não sei o que mais é. Obrigada.

Ninguém escreveu em português
no brasileiro de sua língua:
esse à vontade que é o da rede,
dos alpendres, da alma mestiça,
medindo sua prova de sesta,
ou prosa de quem se espreguiça

João Cabral de Melo Neto

Contact breeds imitation and imitation breeds linguistic convergence. Linguistic divergence results from secession, estrangement, loosening of contact. In spite of the efforts of a few great scholars, like Hugo Schuchardt, linguistic research has so far favored the study of divergence at the expense of convergence. It is time the right balance should be restored. Linguistic convergence may be observed and studied in all places and at all times, but its study becomes particularly rewarding when it results from the contact of two clearly distinct structures. It is a scientific exploration of contemporary bilingual patterns that will enable us to define exactly what shall be meant by such terms as substratum, superstratum, and adstratum, and to what extent we have a right to apply them to a given historical situation.

André Martinet

RESUMO

FIGUEIRÊDO, Suzan Cleyde Martins. *A origem do português brasileiro: o caminho percorrido*. 2012. 81 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Este trabalho busca compreender, através do exame de alguns pontos da sócio-história do Brasil, posicionamentos diferenciados quanto à origem da variedade brasileira do português. Para tanto, considera as interpretações construídas pelos teóricos a partir dos escassos dados referentes ao processo de colonização brasileiro, à catequização, à demografia, à língua geral, à miscigenação e à consolidação da língua portuguesa no Brasil nos três primeiros séculos da história do país; discute a evolução dos sucessivos posicionamentos adotados por estudiosos ao longo do período de formação e consolidação do português brasileiro, particularmente quanto à sua receptividade ao aporte africano; revê a motivação para o debate sobre a questão da língua brasileira e para a eleição do índio, em detrimento do negro, como herói literário. A pesquisa dá relevância à compreensão do conceito de discurso simplificado, particularmente pidgins e crioulos, pela proeminência desses conceitos nas principais hipóteses que explicam a origem do português brasileiro, criouliização e deriva. Contrapondo a leitura de expressivos autores da área, ressaltamos a importância dos processos sócio-históricos na formação da variedade brasileira do português.

Palavras-chave: Português brasileiro. Sócio-história. Criouliização. Deriva.

ABSTRACT

This paper seeks to understand, by means of an examination of some points of the socio-history of Brazil, differentiated viewpoints as to the origin of the Brazilian variety of Portuguese. To that end, the study considers the interpretations constructed by theorists from the scarce data on the process of colonization of Brazil, the catechization of Indians, demography, the Brazilian *língua geral*, miscegenation and the consolidation of Portuguese in Brazil in the first three centuries of the history of the country; it discusses the evolution of successive positions adopted by scholars over the period of formation and consolidation of Brazilian Portuguese, particularly regarding their receptivity to the African contribution; it reviews the motivation for the debate on the issue of the 'Brazilian language' and for the election of the Indian, in detriment of the negro, as literary hero. The research gives relevance to the understanding of the concept of simplified discourse, particularly pidgins and creoles, due to the prominence of these concepts in the major hypotheses explaining the origin of Brazilian Portuguese, creolization and drift. Opposing the reading of well-known authors in the area, we emphasize the importance of socio-historical processes in the formation of the Brazilian variety of Portuguese.

Keywords: Brazilian Portuguese. Social History. Creolization. Drift.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	O sistema de demonstrativos em tupi antigo	37
Tabela 1 –	Estimativas do número de habitantes de Portugal em 1500.....	42
Tabela 2 –	Estimativas do número de índios e línguas indígenas no Brasil em 1500..	43
Tabela 3 –	Alguns itens lexicais de origem indígena presentes no PB.....	44
Tabela 4 –	Total de escravos trazidos para o Brasil, segundo alguns autores.....	46
Tabela 5 –	População do Brasil em 1583.....	46
Tabela 6 –	Alguns itens lexicais de origem africana presentes no PB.....	48
Tabela 8 –	População do Brasil em 1798, por etnia.....	58
Tabela 9 –	População do Brasil em 1850 e 1890, por etnia	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CV	Consoante e Vogal
PA	Português Angolano
PB	Português Brasileiro
PE	Português Europeu
PM	Português Moçambicano
PPB	Português Popular do Brasil

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	MONOLINGUISMO <i>VERSUS</i> DIVERSIDADE LINGUÍSTICA	15
2	EM BUSCA DO DNA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	17
3	DISCURSO SIMPLIFICADO	21
3.1	Alguns tipos de discurso simplificado	27
3.2	Pidgins	28
3.3	Crioulos	30
3.4	O status de pidgins e crioulos	32
3.5	Pidgins e crioulos são línguas?	33
3.6	O mito das línguas primitivas	35
4	O CAMINHO DO PORTUGUÊS NO BRASIL	40
4.1	O primeiro contato	40
4.2	Demografia	41
4.3	A língua geral	50
4.4	Jesuítas	53
4.5	A miscigenação	55
4.6	A consolidação do português no Brasil	60
4.7	A língua brasileira	63
5	CRIOULIZAÇÃO E/OU DERIVA?	70
	CONCLUSÃO	76
	REFERÊNCIAS	78

INTRODUÇÃO

Há um paralelo entre a história de um povo e a história de sua língua. Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro* fala da relevância da tarefa de reconstituir, no plano histórico, “a linha única que nos fez o que somos, brasileiros” e que, no plano antropológico, “o processo de gestação de povos que nos fez”, a história de como se constituiu o povo brasileiro, é particularmente relevante porque no Brasil o processo que aqui é “documentadíssimo” é o mesmo que “fez surgir em outras eras e circunstâncias muitos outros povos [...] de cujo processo de fazimento só temos notícias escassas e duvidosas.”

O processo histórico pelo qual passa uma língua acaba por moldá-la e tornar-se parte dela: a língua, sendo um fenômeno social, é afetada pelos acontecimentos que envolvem as pessoas que a utilizam. Assim, campos aparentemente desconectados do fenômeno linguístico, como a economia, a política, a ciência, os costumes, a religião, etc., que exercem pressões sobre os indivíduos, acabam por pressionar também a língua, conduzindo-a à mudança.

A língua é também um sistema cujo funcionamento interno é regido, ou pelo menos orientado, por leis inerentes ao próprio fenômeno linguístico, que também prescreve mudanças.

A compreensão de uma língua e das transformações que ela sofre exige do estudioso que considere e pese ambos os aspectos, o sócio-histórico e o linguístico.

Se se concentrar no sistema, o estudioso procurará na própria língua a explicação para as inovações que a penetram. O entorno da língua, suas circunstâncias históricas são apenas marginalmente relevantes para sua análise e conclusões. A esse estudioso importará mais a sincronia em diferentes pontos do tempo de existência de uma dada língua: a língua como ela é agora e como ela era em determinado momento do passado. Sua história interessa somente na medida em que mostra estágios intermediários que ilustram o percurso que inevitavelmente conduzirá à mudança prevista. Essa visão empobrecida da língua desconsidera a participação subjetiva do indivíduo e de sua comunidade. No entanto, a língua está intimamente relacionada à identidade do indivíduo e da nação e desvinculá-la disso é perder aspectos importantes do fenômeno linguístico.

Duas das teses centrais que tentam explicar a origem do português brasileiro tomam em conta aspectos da sócio-história do Brasil, sobre eles fundamentando os argumentos que as sustentam, de um lado, reduzindo ou negando sua importância, de outro.

Mostraremos neste trabalho os argumentos dos crioulistas e dos derivacionistas,

principalmente Lucchesi e Naro & Scherre, no debate sobre a origem do português popular brasileiro. Para isso comentaremos inicialmente a importância da diversidade linguística; apresentaremos resumidamente as teses de crioulição e deriva; introduziremos a noção de Discurso Simplificado, dando atenção particular a pidgins e crioulos, bem como ao status que detêm como línguas; revisaremos em seguida alguns aspectos da sócio-história do Brasil que estão presentes na argumentação desenvolvida pelas teses crioulista e derivacionista: o processo de colonização do Brasil e os contatos linguísticos iniciais entre seus habitantes, a demografia dos povos que originaram a nação brasileira, a língua geral, os jesuítas, a miscigenação, o processo de consolidação do português como língua nacional e o debate sobre a ‘língua brasileira’; consideraremos uma vez mais os argumentos das teses crioulistas e derivacionistas; e finalizaremos com algumas conclusões.

1 MONOLINGUISTO *VERSUS* DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

O monolinguismo é visto no mundo como a situação de normalidade, apesar de países realmente monolíngues serem difíceis de encontrar – tome-se o Brasil como exemplo: monolíngue superficialmente, plurilíngue de fato.

A diversidade linguística, por outro lado, é percebida na tradição popular como um problema. Raso, Mello & Altenhofen (2011, p. 43) exploram dois mitos que retratam ideias sobre plurilinguismo que permeiam a sociedade. O mito da Torre de Babel ilustra uma visão negativa da diversidade linguística que está firmemente arraigada na cultura que herdamos. Nessa narrativa a pluralidade de línguas resulta no desentendimento, na desarmonia e na impossibilidade do trabalho em conjunto: a multiplicidade de línguas, longe de ser riqueza cultural, é castigo enviado por Deus para punir a ambição humana, contrariando uma ordem original na qual os homens falavam a mesma língua e “todos se entendiam”. Diversamente, o segundo mito, o do milagre de pentecostes, relata que ‘línguas como de fogo’ teriam descido sobre as cabeças dos indivíduos de uma multidão que rodeava os apóstolos, e todos eles teriam sido assim dotados da capacidade de falar e entender as diversas línguas nativas presentes no grupo e puderam, por isso, entender-se uns aos outros. A intervenção divina concede línguas, desta feita, para o entendimento, não para a confusão como em Babel. Nessa outra narrativa seria possível interpretar o poliglotismo como a luz que ilumina o caminho para o entendimento e os políglotas, então, como seres iluminados, esclarecidos. Se, no entanto, a história contada é o ‘milagre’ de pentecostes, o entendimento, a harmonia universal – seja pelo monolinguismo, seja pelo poliglotismo – poderia ser inferida a partir da narrativa como um feito inalcançável, uma impossibilidade humana.

O fato de os distintos povos presentes serem enumerados confere, na reflexão de Raso, Mello & Altenhofen (*op. cit., ibidem*) internacionalidade ou universalidade à ‘palavra de Deus’ que “se revelava a cada um na sua língua”.

Considerando que alguns milênios separam as duas narrativas – a primeira consta no livro de Gênesis, no Velho Testamento, e a segunda pertence aos Atos dos Apóstolos, no Novo Testamento – seria possível enxergar um avanço entre as ideias linguísticas sustentadas por uma e por outra. A segunda se move na direção da superação da visão provinciana e xenofóbica de diversidade linguística entranhada no mito de Babel. Séculos depois da versão bíblica para a criação do mundo, a difusão do cristianismo por diversos países tornou necessário o reconhecimento e a valorização da multiplicidade de línguas faladas pelos povos

que ambicionava converter. A narrativa de pentecostes revela, então, uma visão mais cosmopolita de línguas e de povos.

Raso, Mello & Altenhofen (2011, p.42) refletem que a existência de uma só língua obviamente não garante a intercompreensão, mas que, não obstante isso,

esse desejo de unidade tem acompanhado não apenas governantes que muitas vezes recorreram a medidas proscritivas e proibitivas de línguas que não fossem a língua oficial, mas também intelectuais e cidadãos comuns que têm defendido a existência de uma língua comum internacional ou nacional [...] No âmbito nacional, isso de certa forma tem se concretizado através da instituição das respectivas línguas oficiais, normalmente a língua do colonizador.

Ao longo da história do Brasil, muitos governantes, intelectuais e cidadãos comuns compartilharam o desejo de uma língua única para todo o vasto território brasileiro e encontraram na língua do colonizador, o português, o prestígio ambicionado pela jovem nação. Para a concretização do seu ‘sonho monolíngue’, as línguas autóctones e africanas tiveram que ser ignoradas ou menosprezadas em favor do português, naquilo que Mattos e Silva (2004, p.12) chama de “encontro politicamente assimétrico”, dado o desnível de prestígio usufruído por elas. Da mesma forma foi reiteradamente minimizada a influência dessas línguas sobre o português aportado no Brasil.

2 EM BUSCA DO DNA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O português brasileiro não é uma unidade. Apesar de banalizada, a afirmação de que o Brasil é um país de dimensões continentais com ‘uma admirável unidade linguística’ é enganosa e deve ser relativizada. Mello (2011, p. 175) pondera que não se pode negar que a língua portuguesa reina soberana na maior parte do território nacional, mas que “a utopia da uniformidade linguística brasileira está longe de ser verdadeira.” A pretensa unidade linguística é hoje reconhecidamente um aglomerado de variedades que se organizam em torno, primeiramente, da língua escrita e da língua falada, mas apresenta outras divisas. Essa língua fracionada em estratos é explicada por Perini, em um artigo intitulado *Quadro geral do português do Brasil hoje*, (2011, p. 139) da seguinte forma:

Fala-se no Brasil hoje uma variedade do português que pode ser considerada padrão, no sentido de que é aceita e usada com poucas variações pela totalidade da população urbana de certa escolarização. Ao lado desse padrão, existe também um certo número de variedades não padrão, utilizadas nas zonas rurais e por pessoas de pouca escolaridade nos centros urbanos (essas variedades, na verdade majoritárias, são socialmente estigmatizadas em maior ou menor grau). Finalmente, há uma língua padrão escrita, que difere bastante de todas as variedades faladas e que ainda se espelha (embora cada vez menos) no modelo do português escrito clássico que vigorou até princípios do século XX.”

A consciência das diferenças entre a norma popular e a norma culta não é recente, mas sua extensão e importância têm sido objeto de muita atenção da linguística desde a segunda metade do século XX. O fenômeno – a discrepância entre as normas empregadas pelos falantes dessas variedades – ganhou dos linguistas o nome de polarização sociolinguística do Brasil.

Essas diferenças deram origem à especulação quanto às possíveis causas do distanciamento entre as variedades internas ao português brasileiro e entre este e o português europeu.

Naturalmente – tomando em conta a história da língua portuguesa no Brasil –, as línguas autóctones e as línguas africanas trazidas pelos milhões de escravos brasileiros ao longo de três séculos foram cogitadas como responsáveis pelas alterações impressas no português do Brasil. Segundo Petter (2011, p.256), o debate do tema inicialmente “situou-se num campo ideológico nacionalista, contribuindo na busca de evidências sobre a identidade da língua falada no Brasil em oposição à falada na antiga metrópole” e “os intelectuais da época esforçaram-se para demonstrar que as línguas indígenas e africanas eram os fatores responsáveis pela especificidade da língua nacional”.

João Ribeiro é um dos precursores dos estudos da presença africana na língua portu-

guesa falada no Brasil. Em 1897, no *Dicionário Gramatical*, ele define o *elemento negro* como:

toda espécie de alterações produzidas na linguagem brasileira por influência das línguas africanas pelos escravos introduzidos no Brasil. “Essas alterações não são tão superficiais como afirmam alguns estudiosos; ao contrário, são bastante profundas, não só no que diz respeito ao vocabulário, mas até ao sistema gramatical do idioma.” (*apud* Bonvini, 2009, p.15)

Intensifica-se, então, o interesse pela relação entre o português brasileiro e as línguas africanas, o que motiva o aparecimento dos primeiros trabalhos nas primeiras décadas do século XX, buscando identificar no português brasileiro evidências do contato prolongado entre essas línguas. Dois marcos dos primeiros estudos são as obras de Renato Mendonça, *A influência africana no português do Brasil*, e de Jacques Raimundo, *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, que advogavam em favor da influência africana sobre o português brasileiro.

A partir de meados do século XX os estudos na área são de natureza mais científica e a noção de ‘influência’ dá lugar à hipótese da ‘crioulização’. Os trabalhos de Gladstone Chaves de Melo, Silvio Elia e, particularmente, Serafim da Silva Neto oferecem uma nova ótica sobre a questão. Silva Neto (1986, p. 91) critica os primeiros estudos na área por serem, “escritos em geral por amadores”, que exageravam as influências indígena e africana sobre o português do Brasil. Ele registra em termos muito duros sua impressão das leituras das obras de Nina Rodrigues, por creditar à influência africana a origem dos ‘desvios’ do português brasileiro :

Tem-se sempre exagerado a influência indígena e africana no português do Brasil. Razões psicológicas explicam-no parcialmente: ou o desejo de exaltar a riqueza do nosso vocabulário, ou a vontade veemente de demonstrar a diferença extrema que resultaria no reconhecimento duma língua brasileira. Acrescente-se a isso a falta de preparo linguístico revelado por muitos autores e ter-se-á a explicação de muitas afirmações incompatíveis com os fatos. Nina Rodrigues, por exemplo, limita-se a dizer que encontrou nas construções sintáticas africanas a explicação de numerosos desvios populares brasileiros. (SILVA NETO, 1986, p. 114)

Por motivos semelhantes, reprova também as afirmações de João Ribeiro:

João Ribeiro em 1906 – quando estes estudos estavam na pré-história – afirmava, quase sem apresentar nenhuma prova de tão grave afirmação, que as alterações devidas à influência das línguas africanas vão até ao sistema gramatical da língua! (*op. cit., ibidem*)

Silva Neto também condena como absurda a hipótese de influência africana de Renato Mendonça: “É chocante a fantasia do Sr. Renato Mendonça, quando assevera que o quimbundo também nos ‘transmitiu algumas particularidades da sua fonética e da sua morfologia’ (*op. cit., 1986, p. 96*).

Parece-nos caber, entretanto, uma reflexão semântica sobre certos enunciados de Silva Neto, como aquele em que ele nega categoricamente a possibilidade da contribuição africana numa frase: “No português brasileiro não há, positivamente, influência de línguas africanas ou ameríndias”, porém reconhece a existência do fenômeno na frase seguinte, deixando transparecer ali, no entanto, um juízo de valor: “O que há é cicatrizes da tosca aprendizagem que da língua portuguesa, por causa de sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios.” Cabe questionar se ‘cicatrizes’ não seria uma maneira não isenta e mesmo pejorativa de nomear marcas, rastros, e portanto, influência mesmo dessas outras línguas.

Mattos e Silva (2004, p. 32) atribui a Silva Neto, pelo peso de sua palavra, parte da responsabilidade pela descontinuidade dos estudos sobre a história da língua portuguesa no Brasil. Ela acredita que “a autoridade de Serafim da Silva Neto, como grande especialista da língua portuguesa de então”, assim como as novas orientações da linguística, que então se voltava para estudos sincrônicos, “são fatores que favoreceram o silêncio quase absoluto sobre o tema, nos anos que se seguiram.”

A renovação do interesse pela hipótese da criouliização nos anos 80 se deu através de linguistas estrangeiros como Gregory Guy e John Holm, segundo Petter (2011, p.257). Para Mattos e Silva (2004, p. 44), o crédito deve ser dado ao desenvolvimento da sociolinguística no Brasil.

Especialmente no Brasil, no fim do século XX a hipótese da criouliização começou a ser contestada, favorecendo a hipótese de que a variedade brasileira do português seria resultante do processo de uma deriva trazida da Europa ou de uma situação de emprego oral continuado (BONVINI, 2009, p. 16).

O fato é que, no momento que vivemos agora, o debate está em plena efervescência. Aquelas primeiras intuições sobre a influência das línguas dos escravos brasileiros deram a partida para uma busca pelo reconhecimento de uma ancestralidade africana para o português brasileiro que foi “primeiramente pressuposta, depois afirmada, em seguida matizada ou negada” (BONVINI, 2011, p. 15). Elas agora inspiram essencialmente duas vertentes na explicação da origem da variedade brasileira da língua portuguesa: a crioulista e a derivacionista.

Ambas as teses oferecem argumentos científicos para fundamentar suas posições, porém os crioulistas atribuem aos derivacionistas motivações ideológicas para sua teoria: na tese da deriva estariam entrincheirados os conservadores elitistas que somente admitem como legítimas na língua as motivações que se originam internamente ao próprio sistema linguístico, ignorando ou menosprezando os fatores sócio-históricos. Os derivacionistas

acreditam estar vendo os fatos à fria luz da ciência, desapaixonados e por isso mesmo mais lúcidos na apreciação dos fatos. Lucchesi (2009, p. 41) se ressentido do fato de que

As pesquisas sistemáticas, que buscam reunir uma teoria consistente sobre o contato entre línguas com um volume considerável de pesquisa de campo, têm de superar a desconfiança daqueles que pensam a língua como a evolução autônoma de um organismo impermeável, retirado, através de uma abstração indefensável, de suas condições reais de uso.

O embate científico se torna mais estimulante intelectualmente pelo fato de os dois lados da contenda dependerem necessariamente da análise dos mesmíssimos dados, linguísticos e sócio-históricos – frequentemente escassos, incompletos, inexatos – e contarem somente com a capacidade de interpretação dos seus linguistas para a partir deles conceber um panorama linguístico mais completo.

Lembraremos aqui a conhecida afirmação de William Labov de que o estudo da mudança linguística é a arte de fazer o melhor uso de maus dados, que Mattos e Silva (2004, p. 53) associa a outra, de Roger Lass, que define a linguística histórica como uma *ars interpretandi*, como todas as ciências históricas. Ambas parecem descrever muito apropriadamente o trabalho dos linguistas que exploram os precários dados da colonização do Brasil para entender sua realidade linguística atual.

3 DISCURSO SIMPLIFICADO

Uma importante lição para um estudioso de línguas deve ser a de humildade em face da imensidão e da complexidade do seu objeto de estudo. Séculos de estudos linguísticos trouxeram muito conhecimento, mas também muito mais questionamentos do que tínhamos anteriormente e mesmo um aprendiz de língua estrangeira tem, em um nível elementar, um vislumbre dessa complexidade quando enfrenta na língua alvo problemas que lhe passaram despercebidos na língua materna. Essa complexidade e a nossa dificuldade em lidar com ela não se faz sentir continuamente com a mesma força porque em determinadas ocasiões existe maior pressão pela correção ou pelo emprego de uma variedade da língua com a qual temos menos familiaridade, noutras o contexto nos permite maior relaxamento. É parte do nosso aprendizado linguístico coletar recursos de forma a alcançar certa desenvoltura para atuar na grande diversidade de contextos linguísticos que se apresenta aos falantes de uma língua. Há situações, entretanto, em que a redução do nível de dificuldade da língua é buscada intencional e sistematicamente, na premência de se fazer entendido. E, havendo restrição de tempo, de espaço, ou desnível de competência entre os interlocutores, a língua oferece alternativas para se fazer mais acessível através do discurso simplificado.

É preciso dizer que um grande obstáculo ao estudo dos discursos simplificados é a nomenclatura, que, de tão diversa, dificulta até mesmo a pesquisa bibliográfica. O tema tratado neste item foi encontrado com a designação, em inglês, de *sublanguage*, *reduced register*, *simple register*, *elliptical sentences*, *compressed language*, *economy grammar*, *linguistic simplicity*, *block language*, *semantic brevity*, *minor sentences*, *telegraphic speech*, *abbreviated mode*, e *nonsententials*, além dos mais específicos *motherese*, *baby talk*, *teacher talk*, *foreigner talk* e *headlines*. Em português vimos ‘fala telegráfica’, ‘sintaxe simplificada’, ‘estilo reduzido’, ‘fala elíptica’ e ‘agramatismo’. A única discussão da terminologia acerca do tema foi encontrada em Bruthiaux (1996, p.5), que justifica sua preferência – nas expressões *simple grammar*, *simple register* – pelo adjetivo *simple* em vez de *simplified* devido ao fato de este último reforçar uma noção profundamente arraigada de que os discursos simplificados seriam variedades marginais, incompletas, incorretas derivadas de um modelo gramatical subjacente mais completo.

Dessa forma, haverá diferenças consideráveis entre, por exemplo, as construções encontradas na narrativa de uma partida de futebol e aquelas de uma conversa entre amigos num bar; entre a forma sincopada que uma notícia assume em um telegrama (ou num chat ou blogue) e aquela mais expandida que é comunicada através de uma carta (ou de um portal na

grande rede); entre o grau de complexidade de uma frase dirigida à audiência de um congresso e outra dirigida a uma criança pequena.

A língua assume formas diferentes para atender às exigências específicas das situações em que é usada: forma e função estão intimamente associadas. Assim, tensão ou relaxamento, interação face a face ou à distância, tempo disponível para planejamento, são alguns dos fatores que, interferindo nas condições de produção, transmissão e recepção das mensagens, acabam por moldar a língua. Entendemos então que a língua se adapta ao contexto em que é empregada e a resultante das adaptações da língua é o registro. Pensam dessa forma Pawley e Snyder (*apud* Bruthiaux, 1996, P.6). Recorrendo ao termo ‘evolução’ eles explicam que “diferenças sistemáticas entre, digamos, a produção conversacional e a literária podem ser vistas em termos evolucionários como adaptações linguísticas às diferentes condições sob as quais cada registro tipicamente opera.” Bruthiaux (1996, p. 7) pensa em termos estatísticos as especificidades linguísticas encontradas nos diversos registros, descrevendo-os como um conjunto de características cuja probabilidade de ocorrer em um dado contexto é maior que a aleatória. Ele corrobora sua afirmação citando Halliday: “[...] as variações de registro são o reajuste das probabilidades na gramática [...]”. O próprio Halliday ilustra a ideia com uma comparação entre as possibilidades gramaticais dos registros e as definições que fazemos das regiões do globo pela referência a seus padrões climáticos (*apud* Bruthiaux, 1996, p.6). Para dizer de outra forma, a chuva no deserto não consta de nossas expectativas, da mesma forma que não esperamos encontrar a concordância de número completa na fala de, por exemplo, um trabalhador rural. Entretanto, em ambos os casos estamos lidando com padrões de ocorrência e não com impossibilidades: surpreendemo-nos com frequência.

Em certos contextos linguísticos toda a complexidade sintática das orações é abandonada em favor da comunicabilidade, da economia, da rapidez, da eficiência e agilidade. Numa situação de perigo, por exemplo, a urgência demanda que o conteúdo da mensagem seja reduzido a uma ou duas palavras e nós recorremos então a uma sintaxe simplificada que com frequência elimina artigos, preposições, cópulas e tempos verbais e que faz largo uso das nominalizações. Essa prática faz parte da nossa vivência linguística de uma forma ou de outra. Nem todos têm acesso a algumas variedades escritas dos registros simplificados, como mensagens telegráficas ou manchetes de jornal, por exemplo, mas outros são amplamente difundidos na sociedade e falantes de todos os estratos sociais estão familiarizados com eles. Um feirante, por exemplo, enxerga a necessidade dessa simplificação para anunciar seu produto, suas qualidades e seu preço em enunciados curtos e eficientes,

capazes de chegar rápida e eficazmente aos ouvidos dos fregueses que passam e assim arrebatá-los da concorrência. Bruthiaux (1996, p.3) ressalta que a noção de complexidade ou simplicidade linguística é uma ferramenta na posse da maioria dos falantes e supõe que, se pedíssemos que fossem avaliados os relativos graus de simplicidade de um documento legal e de uma conversa entre um adulto e uma criança, a maioria das pessoas diria que a última é mais simples que a primeira. Ele chama de “aspecto rotineiro da comunicação” a produção e a compreensão de linguagem simples, facilmente acessível.

Nossa habilidade de produzir eficaz e rotineiramente enunciados desse tipo não significa dizer que o processo de simplificação do discurso seja ele próprio simples. Bruthiaux adverte que a mera aplicação dos recursos típicos da simplificação sintática não implica efetiva simplificação do processo de decodificação da mensagem. Ele lembra que, por exemplo, a densidade de nomes resultante do processo de nominalização pode ocasionar uma decodificação mais árdua e que, por outro lado, maior incidência do processo de coordenação, usando argumento de Schleppegrell, “não deve implicar maior complexidade linguística porque orações coordenadas podem operar tanto como expressões de relação no discurso quanto como extensões do discurso anterior” (*apud* BRUTHIAUX, 1996, p. 3). Ele oferece como exemplo as orações coordenadas pelas conjunções *então* e *e*, uma vez que elas atuam como agentes de esclarecimento e portanto de simplificação. Ele relata os argumentos de Shuy & Larkin e suas afirmações de que “tentativas deliberadas de simplificar poderiam na verdade levar a maiores dificuldades de compreensão” e de que “um repertório lexical e sintático restrito pode facilitar a codificação, mas pode obscurecer intenções semânticas ao privar os decodificadores dos benefícios da redundância.” (*apud* BRUTHIAUX, 1996, p. 4).

Pelas informações já discutidas anteriormente, registro pode ser caracterizado como uma variedade linguística usada para um fim específico. Essa noção pode ser explorada para se afirmar que, no sentido amplo do termo, uma única característica funcional, a língua falada, por exemplo, pode definir um registro. No sentido restrito, no entanto, o registro é marcado por um conjunto de características relacionadas com as condições particulares de uso que não admitem grandes alterações pelos falantes, como é o caso do registro de controle de tráfego aéreo. Bruthiaux (1996, p. 8) diz que estes são dois extremos entre os quais se localiza a maioria dos registros, mas que os registros simplificados tendem a estar mais próximos da extremidade que apresenta mais restrições.

Que circunstâncias, então, definem o registro simplificado, chamado por Bruthiaux de *simple register*? Para ele este rótulo pode ser dado à:

... linguagem produzida sob condições nas quais uma ou mais restrições requerem que a forma linguística seja mantida abaixo do nível de elaboração sintática comumente associada à forma escrita. Em um nível, pelo menos, *simple language* é então *discurso maximamente apropriado*. Ou seja, ele oferece a mais adequada de todas as possíveis respostas linguísticas a específicas exigências funcionais dentro de um escopo com o qual tanto o codificador quanto o decodificador podem lidar. (BRUTHIAUX, 1996, p. 9)¹ (tradução livre)

Vê-se aí a associação entre forma e função, bem conhecida nos conceitos de registro de outros autores, mas a palavra-chave para as variedades simplificadas, entretanto, é restrição, um traço comum a todas as variedades simplificadas.

Junto a sua gramática singular, os registros simplificados carregam a “mácula” de serem de algum modo inferiores à forma padrão da língua. Os pidgins, por exemplo, foram comparados negativamente às línguas dos colonizadores europeus e pensava-se que eram uma forma infantilizada de língua, resultado da incapacidade dos colonizados de aprender a ‘falar corretamente’; o *foreigner talk* é ainda hoje objeto de piadas em filmes e programas de TV; mesmo as manchetes de jornal, que poderiam ter um status mais elevado pela sua associação com uma mídia de cultura, não estão isentas de críticas depreciativas. Mardh (1980, p.13) fala do uso do termo *headlinese* (o “manchetês”, a linguagem das manchetes de jornal) num sentido pejorativo como sinônimo de “fala estranha que corrompe o bom inglês” (*strange speech that corrupts good English*). Em um artigo que estuda manchetes, telegramas, relatórios médicos e mensagens militares – reunidas sob a expressão ‘sublínguas telegráficas’ (*telegraphic sublanguages*) – Fitzpatrick, Bachenko & Hindle explicam que na atualidade essa percepção negativa dos discursos simplificados convive com outra, em maior consonância com os conceitos de variedades da língua da sociolinguística:

Há atualmente duas visões da relação entre a língua padrão e [...] sublínguas telegráficas. Uma visão é que as sublínguas são mal formadas com respeito à língua padrão, ou seja, os fragmentos de sentença que caracterizam a comunicação telegráfica estão na mesma categoria geral que frases não gramaticais como ‘nóis é’. [...] A outra visão sustenta que sentenças telegráficas são formas reduzidas de sentenças da língua padrão e que essas formas são perfeitamente aceitáveis dentro do domínio pertinente. (FITZPATRICK; BACHENKO; HINDLE, 1986, p. 15)² (tradução livre)

¹ [...] language produced under conditions in which one or more constraints require that linguistic form be kept well short of the degree of syntactic elaboration commonly associated with the written form. At one level at least, simple language is thus *maximally appropriate discourse*. That is, it offers the best fit of all possible linguistic responses to specific functional demands within the limits of what both the encoder and the decoder can jointly handle.

² There are currently two views of the relation between the standard language and [...] telegraphic sublanguages. One view is that the sublanguages are ill-formed with respect to the standard language, that is, the sentence fragments that characterize telegraphic communication are in the same general category as ungrammatical phrases like ‘we is’ [...] The other view holds that telegraphic sentences are reduced forms of standard language sentences and that these forms are perfectly acceptable within the pertinent domain.

Bruthiaux adverte que a gramática singular dos registros simplificados nasce das restrições impostas pelo contexto em que são produzidos, mas que:

[...] isso não quer dizer que os usuários da língua devem partir de uma linguagem sintaticamente elaborada, consistindo de sentenças completamente aceitáveis pelos gramáticos, que é então simplificada – conscientemente ou não – para atender as necessidades da interação. Em outras palavras, não há, a priori, nenhuma razão para supor – apesar [...] do que é sugerido pela aplicação convencional do termo *simplified* aos *simple registers* – que toda linguagem simples é alicerçada em uma forma mais elaborada a partir da qual derivam textos mais simples pelo apagamento de material redundante. (BRUTHIAUX, 1996, p. 9)³ (tradução livre)

É corrente, no entanto, essa noção dos registros simplificados como resultado do apagamento de estruturas de uma frase ‘completa’, ‘bem estruturada’ – uma noção que certamente deriva daquela outra, largamente difundida, de que todas as formas da língua devem ser relacionadas a um padrão único – o da linguagem formal escrita. O que essa perspectiva não enxerga é que também a língua formal escrita é resultado das condições específicas em que é usada, também carrega marcas das restrições impostas à língua pelas circunstâncias em que é produzida.

Assim, é fácil perceber por que aos linguistas interessa um estudo eminentemente descritivo dos discursos simplificados, esquivando-se de emitir juízo de valor sobre o que é de fato apenas mais um fenômeno linguístico.

Os discursos simplificados são em si mesmos significativos objetos de estudo para os linguistas, porém há ainda uma relevância adicional que impulsiona o crescente interesse dos estudiosos por essa área da linguística. Os linguistas observam nos estudos de registros simplificados o potencial para nos revelar muito sobre a natureza, a estrutura e o uso da língua. Bruthiaux (1996, p. viii) diz que:

pesquisas anteriores mostram que os humanos parecem ser dotados da habilidade de limitar as complexidades da língua usada por eles à habilidade que eles percebem nos seus interlocutores. Além disso, sempre que o registro simplificado é usado, para tornar possível a comunicação com uma criança ou um visitante estrangeiro, por exemplo, os seres humanos parecem contar espontaneamente com um núcleo de estratégias linguísticas que mantém a forma da língua manejável para todos os envolvidos.⁴ (tradução livre)

³ This is not to say that language users must start with syntactically elaborated language consisting of sentences fully acceptable to grammarians, which is then simplified – consciously or otherwise – to fit the demands of the interaction. In other words, there is no a priori reason to suppose – despite [...] what is suggested by the conventional application of the term *simplified* to simple registers – that all simple language is underpinned by elaborated form from which simpler texts are derived through the deletion of redundant material. (Bruthiaux, 1996, p. 9)

⁴ Earlier research has shown that humans appear to be endowed with the ability to limit the complexities of the language they use to the perceived abilities of their interlocutors. Moreover, whenever language is kept simple, to make communication possible with an infant or a foreign visitor, for example, humans appear to rely quite spontaneously on a common core of linguistic strategies which keep linguistic form manageable for all concerned.

Segundo ele, isso já se encontra vastamente documentado para variedades como *baby talk* (ou *motherese*) e pidgins, porém estudos sobre outros registros simplificados serão necessários para estabelecer semelhanças e diferenças entre eles, o que ele se propõe fazer no seu livro sobre o discurso de anúncios classificados. Mardh (1980, p. 27), que estuda o discurso simplificado das manchetes, comenta a noção de registros simplificados como uma capacidade comum aos falantes de todas as línguas. Ela acredita, como outros membros da comunidade científica, que as estratégias comuns usadas em registros simplificados “podem ser uma noção intuitiva universal de simplicidade.”

Os vários registros simplificados (*baby talk* ou *motherese*, linguagem infantil, *teacher talk*, *foreigner talk*, manchetes de jornal, anúncios classificados, pidgins, telegramas, etc.) se diferenciam entre si pelas funções que são chamados a desempenhar e estão perfeitamente adaptados às situações onde ocorrem. Entretanto, os artifícios de que fazem uso para alcançar a simplicidade linguística são em grande medida semelhantes: artigos, preposições e cópulas, como já foi dito, são frequentemente suprimidos, assim como os tempos verbais. Mesmo no âmbito fonológico correlações podem ser estabelecidas entre determinados registros e, podem mesmo surpreender. Couto (1996, p. 171), por exemplo, coteja o pidgin e a linguagem infantil dizendo: “Quando vemos as palavras do crioulo português de São Tomé [da lista que segue] parece que estamos ouvindo uma criança brasileira falando.”

‘sotsi < sorte
 pa’li < parir
 ‘pètu < esperto
 ko’ye < colher
 ‘dadzi < idade
 ‘bisu < bicho
 mo’de < morder
 ‘awa < água, etc.

Considerando o elevado grau de semelhança entre as estratégias de simplificação da língua de que fazem uso os registros simplificados, bem como o fato de o fenômeno ser universal, linguistas passaram a acreditar na possibilidade de que a simplicidade linguística seja uma habilidade humana *inata* à qual recorreremos facilmente quando a necessidade se apresenta. O estudo dos pidgins, o mais conhecido entre os registros simplificados, suscitou a teoria inatista pelo fato de terem sua existência registrada em todo o planeta há séculos, e por compartilharem um conjunto de recursos fonológicos, sintáticos e morfológicos para simplificação da língua. Nasce a hipótese inatista da percepção de que as semelhanças encontradas entre os registros simplificados seriam mais que coincidência ou resultado de

imitação; seriam “a manifestação de padrões universais de comportamento linguístico apropriado a situações idênticas” (BRUTHIAUX, 1996, p. 19).

3.1 Alguns tipos de registro simplificado

São inúmeros os registros que se enquadram no rótulo de simplificado. A literatura não fornece uma lista exaustiva deles e aqui serão vistos somente aqueles mencionados reiteradamente na bibliografia lida e que ilustram bem essa categoria de discurso. É preciso notar que a maioria deles ainda não recebeu grande atenção por parte dos linguistas, como atestam unanimemente os autores lidos. A exceção cabe ao pidgin, que consideraremos em maior detalhe mais adiante.

Um registro simplificado, mais próximo de nós que o pidgin, uma vez que tem lugar no seio familiar, é a linguagem infantil, aquela utilizada por crianças em processo de aquisição da língua – que não deve ser confundido com o *baby talk* ou *motherese*, a fala característica das mães ao se dirigirem a seus bebês –, embora tenham traços em comum. Como outros autores, Couto (1996, p. 170) enfatiza a significativa semelhança entre os diversos registros simplificados. Ele transcreve uma frase de uma criança de três anos, filha de um linguista: *A gon full Angela bucket (I'm going to fill Angela's bucket)*. A construção infantil, inaceitável no inglês padrão, seria perfeitamente cabível em alguns crioulos relacionados ao inglês. Ressaltamos que, diferentemente do *baby talk*, que é considerado inapropriado em determinadas culturas, os pidgins e a linguagem infantil são exemplos de discursos simplificados universais.

O *foreigner talk* é o registro usado pelos falantes nativos de uma língua para se comunicarem com estrangeiros que não entendem a língua do país onde se encontram. Esse registro é caracterizado pelas tentativas do falante de ajustar seu discurso à capacidade de compreensão do interlocutor. À parte o célebre ‘Mim Tarzan, você Jane’, um exemplo de como opera o *foreigner talk* é registrado pelo famoso sertanista Orlando Villas Boas num relato de seu contato com índios do Xingu: “...Na preocupação de sermos compreendidos pelo índio, reduzíamos o termo ao máximo, os tempos, os plurais: ‘nóis vai’... ‘nóis pega’...” (*apud* Couto, 1996, p.103).

As manchetes de jornal também são exemplos de registro simplificado e, dado o grande volume de leitores que tem esta mídia, é bem conhecido o *headlineese*, ou ‘manchetês’, a já citada linguagem das manchetes. Esta variedade da língua é chamada de epigramática pela frequente omissão de palavras de baixo valor informativo, consequência da extrema

escassez de espaço. É frequentemente estudada em conjunto com outras variedades marcadas por pressões de espaço e/ou tempo, como telegramas, anúncios classificados, relatórios médicos e mensagens militares. Essas pressões têm enorme impacto sobre a estrutura do texto, de tal forma a implicar uma gramática própria, que é facilmente reconhecida e decifrada pelos leitores habituais daqueles gêneros textuais e que guarda muita semelhança com os demais registros simplificados.

Pidgins e crioulos, os registros simplificados que completam essa lista, têm grande relevância para a compreensão da origem do português brasileiro e serão estudados à parte, a seguir.

3.2 Pidgins

Há uma força que nos impulsiona à comunicação. A sofisticação das nossas línguas atesta o nosso investimento intelectual nessa tarefa. Por outro lado, o movimento de populações sobre o globo terrestre sempre existiu – como resultado da luta pela sobrevivência ou motivado pela busca de riquezas, de poder, de escravos, de liberdade, de aventuras, de glória. Quaisquer que fossem os motivos, frequentemente populações que não compartilhavam uma língua ficavam face a face e travavam contato, por vezes prolongado, por vezes intermitente. Pidgins nascem aí, dessa imperativa necessidade de comunicação obstruída pela ininteligibilidade entre as línguas de dois ou mais falantes, o que explica serem chamados de ‘línguas de emergência’ ou ‘línguas de contato’. Pidgins são a nossa resposta quando não temos uma língua comum com o alvo do nosso desejo de interação: nós criamos uma via alternativa. Então, na premência de nos comunicar, acabamos criando um sistema linguístico simplificado que atenda nossas necessidades imediatas. No prolongamento desse contato o sistema poderia vir a se desenvolver e, inclusive, servir a outras populações e abranger uma extensão geográfica maior, o que acarretaria o surgimento de um pidgin. O estágio de crioulo poderia vir a ser alcançado mais tarde, ou não.

O pidgin é o registro simplificado mais amplamente estudado e documentado, uma vez que tem sido registrado há muitos séculos por padres catequizadores, navegadores comerciantes e viajantes curiosos ao redor do mundo. Ilari (2006, p. 39-40) define os pidgins como, “mecanismos de comunicação bastante precários nos quais se faz um uso rudimentar do vocabulário das duas línguas em contato e a gramática é quase nula.”

As expressões ‘língua de emergência’ e ‘língua de contato’ são frequentemente mencionadas para caracterizá-lo, juntamente com referências à sua sintaxe drasticamente

simplificada e léxico reduzido. É interessante notar que um pidgin não é a língua nativa de nenhum daqueles que o usam e esse é, na verdade, um aspecto importante para distingui-lo de um crioulo, a língua desenvolvida pelas crianças que crescem tendo o pidgin como *input*.

Mühlhäusler (1974, p. 53) ressalta no pidgin o caráter de ‘língua aprendida por adultos’, dizendo que “ um pidgin é por definição língua de ninguém”, o que lhe dá um caráter único entre todas as outras línguas, que são recebidas da família e da comunidade. Pidgins são criados através de esforços parcialmente conscientes que pessoas adultas empreendem para simplificar a língua. Sebba (1997, p. 99) nos lembra que em certas situações, como nas atividades de comércio e escambo, a linguagem não é indispensável porque o contexto revela as intenções dos falantes e porque não há necessidade de referência a conceitos abstratos. Ele diz que uma ‘língua mínima’, um pidgin, pode se originar quando grupos sem uma língua em comum precisam interagir por um curto período de tempo, uma situação na qual dois princípios exercem pressão um sobre o outro: por um lado, o sistema de comunicação deve ser adequado à função, por outro, ele não pode exigir dos falantes grande capacidade de aprendizagem linguística; nas palavras de Sebba, um pidgin busca o máximo de *expressividade* com o máximo de *simplicidade*.

Ocorrências como a descrita acima – adultos que falam línguas diferentes simplificando a sua fala para possibilitar a comunicação – são chamadas de ‘situações pidginizantes’, que nem sempre produzem um pidgin. Couto (1996, p. 28-9) parte daí para enumerar fatores linguísticos e sociolinguísticos que permitem caracterizar um pidgin. Como critérios sociolinguísticos ele cita:

- (1) Contato de dois ou mais povos de línguas mutuamente ininteligíveis;
- (2) Não é língua materna de ninguém;
- (3) Meio precário de intercompreensão;
- (4) Modo de compreensão pragmático; ainda não há uma gramática comunitariamente aceita;
- (5) Não há nenhum sentimento de amor e fidelidade ao pidgin por parte de seus usuários. Assim que podem, abandonam-no.

Como critérios linguísticos, decorrentes dos sociolinguísticos, ele lista:

- (1) Pequeno número de fonemas
- (2) Preferência pela estrutura silábica CV, em geral em vocábulos dissílabos;
- (3) Ausência quase total de morfologia derivacional e flexional;

- (4) As funções sintáticas são indicadas preferencialmente pela ordem;
- (5) Léxico reduzido a um mínimo possível.

É quase impossível dissociar o estudo dos pidgins e crioulos do estudo da história, particularmente das conquistas europeias na África, Ásia e América. Protagonistas desse momento particular da história, os portugueses têm lugar de destaque na pidginística e crioulistica por terem dado origem a uma grande quantidade de pidgins e crioulos por ocasião das conquistas ultramarinas, no século XV. Couto (1996, p. 156) afirma que os portugueses, sendo grandes fornecedores de escravos para as colônias de outras potências europeias, acabaram possibilitando a criação e disseminação pelo mundo de uma espécie de língua franca com base no português.

Em decorrência de sua associação com o processo de colonização europeu, a história dos pidgins é carregada de preconceitos. As diversas expressões depreciativas que foram usadas para batizar aquilo que os colonizadores europeus percebiam como uma deformação de suas línguas – *broken English*, “português estropiado”, *français corrompu*, “língua de preto” e “línguas selvagens”, expressões listadas por Couto (1996, p. 145) – são provas em si mesmas do (pouco) valor que lhes era atribuído.

3.3 Crioulos

Muito próximos dos pidgins estão os crioulos, de tal modo que ambos se definem pela relação que mantêm entre si, como etapas que são da formação de certas línguas. Para a maioria dos estudiosos, um crioulo é o estágio a que chega um pidgin quando se torna uma língua nativa. Como foi dito acima, pidgins são veículos de comunicação que nascem quando indivíduos adultos que falam línguas mutuamente ininteligíveis buscam se comunicar. Se, no entanto, na continuidade das relações, uma comunidade se estabelece, o pidgin será a língua nativa de crianças cujos pais, e a comunidade, falam línguas diferentes. Esse processo de nativização é tomado por alguns em seu aspecto individual: um pidgin passaria a ser um crioulo quando uma criança o adquirisse como língua nativa. Para outros, o aspecto comunitário é o dominante: o pidgin que viesse a ser a língua nativa de uma comunidade de falantes se tornaria um crioulo. Couto (1996, p.17) reflete que os primeiros encaram a língua

numa perspectiva gerativista, como um fenômeno de base biológica – logo individual – e que é primeiramente um meio de expressão do pensamento. Assim, para esses crioulistas, bastaria uma única criança para dar início a um crioulo. Os últimos, para ele, expressam uma visão estruturalista, segundo a qual a língua seria primordialmente um meio de comunicação entre os falantes de uma comunidade.

Como fez com os pidgins, Couto (1996, p.34) busca traçar o perfil dos crioulos, ressaltando que alguns crioulos não atendem a todos os critérios. Como características estruturais ele lista:

- (1) Número de fonemas menor do que o das línguas que entraram em sua formação;
- (2) Preferência pela estrutura silábica CV, em geral em vocábulos dissílabos;
- (3) Ausência quase total de morfologia derivacional e flexional;
- (4) As funções sintáticas são indicadas preferencialmente pela ordem, em geral SVO;
- (5) Léxico menos numeroso do que o das línguas de superstrato e substrato.

As características sócio-históricas dos crioulos, segundo ele, são:

- (1) Surgem sempre em comunidades multilíngues, ou, na melhor das hipóteses, bilíngues;
- (2) Surgem em ilhas ou em regiões isoladas, critério conhecido como *insularidade*;
- (3) A exogeneidade das populações, o que significa que onde havia nativos, foram exterminados;
- (4) Surgiram, em geral, do processo de colonização da Ásia, África e América pela Europa.

Os critérios de distinção entre pidgins e crioulos não são consensuais – alguns autores consideram falhas as tentativas de distinção já realizadas, enquanto outros veem a diferenciação como irrelevante. Sebba (1997, p. 287) distingue pidgins de crioulos, mas diz que eles têm certas características em comum, o que significa que “faz sentido estudá-los juntos”. Guy (2005, p. 19), como outros, uniformiza a nomenclatura para ‘crioulo’ no caso do Brasil porque, primeiramente, os dados disponíveis sobre a nossa história são insuficientes para distinguir entre um e outro e, em segundo lugar, porque ao longo dos séculos de

escavidão tivemos sempre falantes em ambos os estágios, falantes de um pidgin ou de um crioulo, como resultado das levas sucessivas de africanos que eram trazidos para o Brasil.

3.4 O status de pidgins e crioulos

Não há estudos suficientes sobre pidgins e crioulos. Essa conclusão é unânime entre Mühlhäusler (1974), Sebba (1997) e Couto (1996). Os três creditam essa escassez de pesquisas ao preconceito contra essas línguas, afirmando ter prevalecido por muito tempo a visão de que pidgins e crioulos não eram dignos de investigação científica, mas apenas “curiosidades” linguísticas, pelo caráter *sui generis* de sua origem. De fato, por toda a literatura encontrada sobre o assunto abundam, como já foi mencionado, designações que revelam o menosprezo dedicado a pidgins e crioulos, tais como: *forma reduzida e abastardada da língua, versão simplificada e corrompida, distorção do inglês, francês, português*, etc. Holm (2000, p.1) estende a lista de expressões depreciativas com *inglês estropiado, português bastardo, francês de preto* e diz que os próprios nomes deixam bem claro o que as gerações passadas pensavam dos pidgins. Para ele:

[...] este desprezo frequentemente se originava em parte do sentimento de que pidgins e crioulos eram corrupções de línguas ‘superiores’, em geral europeias, e em parte de atitudes em relação aos falantes de tais línguas que eram frequentemente percebidos como semisselvagens cuja aquisição parcial de costumes civilizados era de certa forma uma afronta. Aqueles falantes de línguas crioulas que tinham acesso à educação eram convenientemente convencidos de que seu falar era errado, e eles frequentemente tentavam torná-lo mais semelhante ao padrão.⁵ (tradução livre)

A sociolinguística, obviamente, se encarregou de fazer ruir a fundamentação dessas ideias e desacreditar esses preconceitos, porém o progresso nessa área é lento. Os argumentos da sociolinguística são robustos, mas sua batalha é contra uma cultura alimentada por séculos de pretensão dos colonizadores europeus, uma cultura que não vai morrer senão muito lentamente.

Muitos preconceitos contra pidgins e crioulos que já foram desarmados pela ciência linguística continuam entre nós e não são menos perigosos por serem mais sutis agora. Sebba (1997, p. 4) explicita que perigos estão envolvidos nesse preconceito e expõe a questão analiticamente:

⁵ “What earlier generations thought of pidgins and creoles is all too clear from their very names: *broken English, bastard Portuguese, nigger French* [...] This contempt often stemmed in part from the feeling that pidgins and creoles were corruptions of ‘higher’, usually European languages, and in part from attitudes toward the speakers of such languages who were often perceived as semisavages whose partial acquisition of civilized habits was somehow an affront. Those speakers of creole languages who had access to education were duly convinced that their speech was wrong, and they often tried to make it more similar to the standard.”

A ideia de que raças de seres humanos podem, e devem, ser ‘puras’ causou grande tumulto e sofrimento no século XX. Uma idéia quase tão obstinada e perniciosa é a noção de que as línguas podem, e devem, ser ‘puras’. Os puristas rejeitam influências estrangeiras na ‘sua’ língua e usam tradições para justificar suas reivindicações para preservá-la em seu estado ‘puro’. Em contraste com a língua ‘pura’ que eles admiram, e à qual eles atribuem toda sorte de propriedades positivas (precisão, musicalidade, logicidade, lirismo, etc.), eles deploram uma língua como corrupta quando ela se desvia demasiadamente do padrão escrito, usa demasiadas palavras estrangeiras ou envolve uma mistura de línguas.⁶(tradução livre)

Essa análise parece extremamente pertinente para a compreensão da história linguística do Brasil, na qual a proximidade com a nobreza do português europeu foi sempre sequiosamente buscada pela elite intelectual nacional.

Em contraste, os traços linguísticos do português popular brasileiro – originários de crioulos ou não – revelam uma origem, um ‘parentesco’ indesejável com uma classe vulgar cujo poder de “corrupção” sobre o “bom” português deve ser monitorado. De um modo ou de outro, a influência africana foi renegada.

3.5 Pidgins e crioulos são línguas?

Como visto acima, pidgins e crioulos têm uma longa história como vítimas de preconceito linguístico e social, que ainda não desapareceu. Holm (2000, p.1) diz que é recente a percepção dos linguistas de que pidgins e crioulos não são “versões erradas de outras línguas, mas *novas* línguas.”⁷

Sebba (1997, p.3) abre a discussão sobre pidgins e crioulos comparando as noções de ‘língua’ e ‘dialeto’. Ele chega à conclusão que:

A verdadeira diferença entre ‘línguas’ e ‘dialetos’ é social; primeiramente em termos do seu status social; em segundo lugar, porque uma língua é associada a nacionalidade e, até certo ponto, a idéias europeias de ‘civilização’. (Em artigos de jornal, línguas africanas, que são extremamente diversificadas, e diferem tanto uma das outras quanto o inglês do chinês, são frequentemente chamadas ‘dialetos africanos’. Isso quase certamente se deve ao fato de esses escritores sentirem, subconscientemente, que os sistemas linguísticos africanos não se equiparam às ‘línguas’ europeias. É quase certo que os mesmos jornalistas não se atreveriam a chamar, digamos, o holandês de dialeto do alemão ou o norueguês de dialeto do

⁶ “The idea that the races of human beings can be, and should be, ‘pure’, has caused a great deal of turmoil and suffering in the twentieth century. Almost as obstinate and damaging an idea is the notion that languages can be, and should be, ‘pure’. Purists reject foreign influences on ‘their’ language and use traditions to justify their demands to preserve it in its ‘pure’ state. In contrast with the ‘pure’ language which they admire, and to which they attribute all sorts of positive properties (preciseness, musicality, logicity, lyricism, etc.), they deplore language as ‘corrupt’ when it deviates too much from the written standard, uses too many foreign words, or involves a mixture of languages.”

⁷ “It is only comparatively recently that linguists have realized that pidgins and creoles are not wrong versions of other languages, but rather *new* languages.”

dinamarquês – embora essas afirmações fossem ligeiramente mais próximas da verdade.)⁸ (Tradução livre)

O fato é que não há cientificidade na distinção entre língua e dialeto, entre línguas não crioulas e pidgins/crioulos. Se os conceitos de ‘dialeto’, ‘pidgin’ e ‘crioulo’ nos soam de alguma maneira inferiores ao conceito de ‘língua’ numa escala de valor, importância e dignidade, esse é o resultado de um construto sócio-histórico sem respaldo na apreciação da linguística.

Nenhum dos autores lidos hesitou em aplicar a pidgins e crioulos a denominação de ‘língua’, sem ressalvas, sem reticência. Os termos ‘pidgin’ e ‘crioulo’ justificam sua razão de existência por caracterizarem as circunstâncias histórico-geográficas *sui generis* do surgimento de certas línguas – afinal, como diz Sebba (1997, p. 288), pidgins e crioulos não podem ser entendidos sem referência a sua história –, mas esses termos não sancionam acepções pejorativas.

O prestígio de que gozam algumas línguas agora é temporário. A história e a linguística nos fartam de exemplos de línguas cuja glória foi seguida de decadência, acompanhando o apogeu e queda das nações em que eram faladas. Sebba (1997, p. 7) expressa essa ideia em palavras impactantes: “A língua sempre foi consorte do império e permanecerá para sempre sua companheira. Juntos eles nascem, juntos eles crescem e florescem e juntos eles declinam.”⁹ (tradução livre).

Pidgins e crioulos são línguas ‘jovens’ e ainda não alcançaram a plenitude de sua expressividade, é verdade, pois ainda se encontram muito próximas daquele momento no passado, quando seu propósito era atender às necessidades mais básicas dos seus usuários. As línguas ‘antigas’ – as que não são pidgins ou crioulos – em geral sacrificam a simplicidade em favor da expressividade, de onde se deduz que tempo e oportunidade é tudo de que carecem as línguas ‘jovens’ para desenvolverem seu potencial, pois, “à medida que a complexidade das interações sociais cresce, crescem também as demandas sobre o pidgin e ele evoluirá para um sistema linguístico de maior complexidade, com uma gama maior de funções.” (*op. cit.*, 1997, p. 100-1). A história já nos mostrou repetidas vezes que o empobrecimento criado no

⁸ “the real difference between ‘languages’ and ‘dialects’ is social; first in terms of their social status; secondly, in that a language is associated with nationhood and, to some extent, with European ideas of ‘civilisation’. (In articles by journalists, African languages, which are extremely diverse and differ as much from each other as English from Chinese, are often called ‘African dialects’. This is almost certainly because the writers feel, subconsciously, that the African linguistic systems are not the equal of European ‘languages’. The same journalists would almost certainly not dare to call, say, Dutch a dialect of German or Norwegian a dialect of Danish – though these statements would be slightly closer to the truth.)” (Tradução livre)

⁹ “Language has always been the consort of empire, and shall forever remain its mate. Together they come into being, together they grow and flower, and together they decline.”

nascimento de um pidgin será corrigido na sua passagem para crioulo, quando ele se tornar a língua nativa de uma comunidade. Seu enriquecimento estrutural e lexical é inevitável, seguindo o desenvolvimento da sua comunidade de falantes.

3.6 O mito das línguas primitivas

Há na sociedade uma convicção de que existem línguas, chamadas primitivas, que seriam lexical e gramaticalmente “pobres”. Esse é um dos mitos destruídos por Bauer & Trudgill em sua obra *Language Myths*. Eles negam a existência de línguas “pobres” ou “ricas”, afirmando que as línguas aborígenes que, por exemplo, não dispõem ainda de termos para inovações científicas ou tecnológicas, facilmente se expandem para acomodar as necessidades dos seus falantes, quando estas surgem. Eles o comprovam lembrando o passado histórico das grandes línguas de cultura de hoje:

No início da idade média era largamente aceita a crença de que somente o latim tinha um vocabulário suficientemente sofisticado para discutir direito, teologia, medicina e ciência, mas à medida que várias nações começaram a usar suas línguas maternas mais amplamente, cada uma das línguas européias modernas (inglês, francês, alemão, etc.) logo desenvolveram seus próprios termos. (BAUER; TRUDGILL 1998, p. 166)¹⁰

Essa ótica depreciativa só pode ser mantida pela ignorância linguística. Jürgen Lang, cuja *Gramática do crioulo de Santiago (Cabo Verde)* – uma obra de 864 páginas, diga-se de passagem – teve seu primeiro capítulo publicado *online* recentemente, reivindica para os crioulos em geral e para o crioulo caboverdiano especificamente o mesmo status dado às línguas não crioulas, considerando que:

[...] no que diz respeito à extensão do seu vocabulário e da sua gramática, não há “línguas pequenas”. Como tal, não é correto continuar a tratar as línguas que são “pequenas” em termos do número de falantes, como é o caso da generalidade das línguas crioulas, como sendo línguas inferiores em termos lexicográficos ou gramaticais. (LANG, 2012, p.11)

Se existissem línguas primitivas, reflete Bagno (2011, p. 88), deveriam existir línguas “desenvolvidas”, o que o leva a concluir que talvez o inglês seja a língua que pensaríamos corresponder a essa definição, se fizéssemos um paralelo entre desenvolvimento linguístico e desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, etc. da nação onde a língua é falada. O fato, entretanto, diz ele, é que o inglês “é uma língua extremamente simples do ponto de vista

¹⁰ In the early middle ages it was widely believed that only Latin had a sufficiently sophisticated vocabulary to discuss law, theology, medicine and science, but as various nations began to use their mother tongues more widely, each modern European language (English, French, German and so on) soon developed its own terms.

morfofossintático.” O autor oferece como exemplo as múltiplas traduções possíveis em português para uma única frase inglesa:

YOU COULD	{	VOCÊ PÔDE/	VOCÊS PUDERAM
		PODIA	PODIAM
		PODERIA	PODERIAM
		PUDESSE	PUDESSEM
		PUDER	PUDEREM

Como no exemplo acima, as grandes línguas de cultura europeias, cujo prestígio não é questionado, são frequentemente chamadas pelos linguistas a um papel contrastivo com as línguas ditas primitivas.

Para desfazer o mito da superioridade de algumas línguas sobre outras e reforçar a paridade entre *todas* as línguas no quesito sofisticação linguística, o autor apresenta em seguida um exemplo de complexidade no sistema de demonstrativos do tupi antigo:

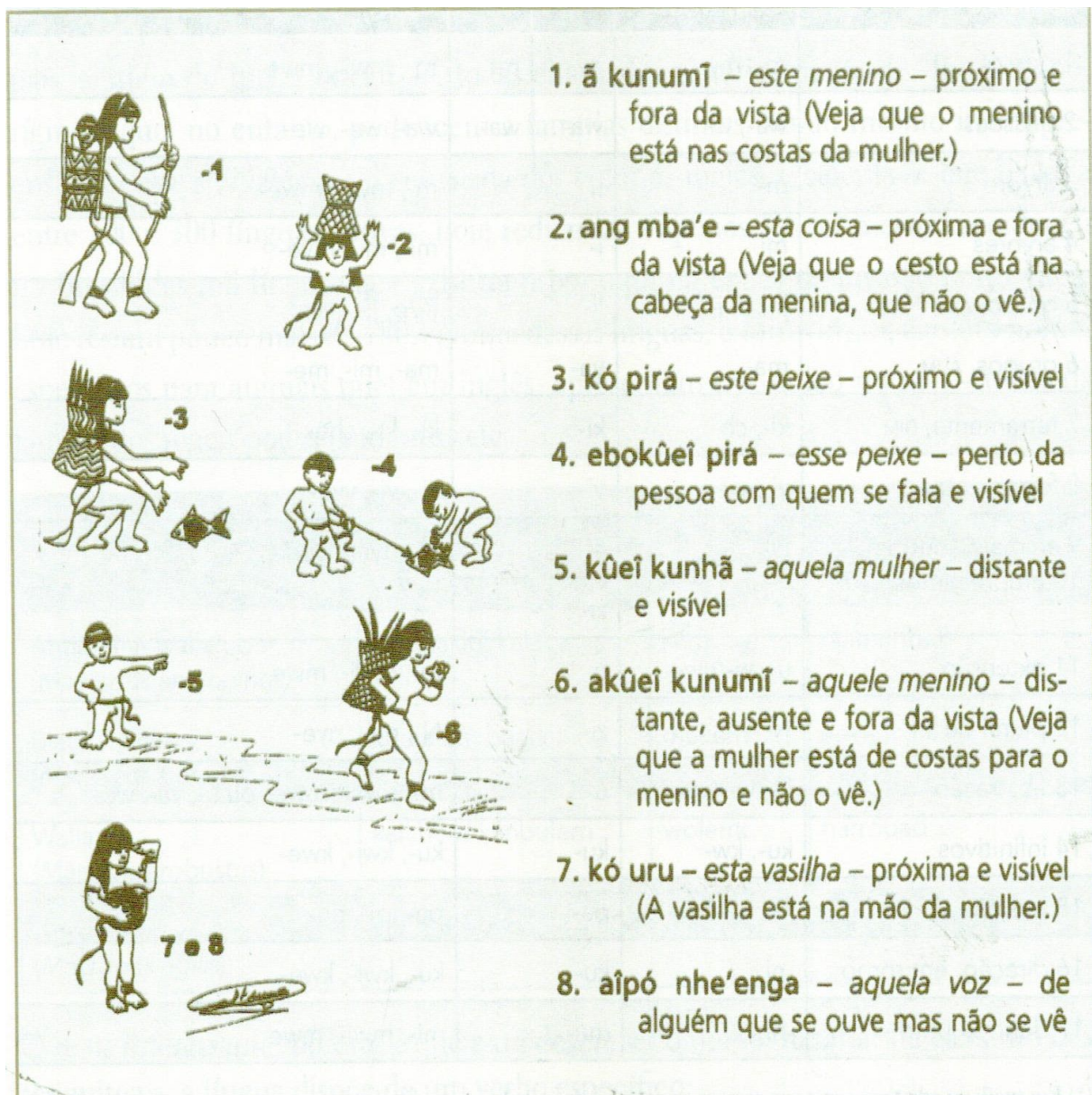


Figura 1- O sistema de demonstrativos em tupi antigo

Fonte: BAGNO, 2011, p. 91.

Ainda segundo esse autor, a concepção do conceito de ‘línguas primitivas’ foi o quinhão de participação dos linguistas no esforço coletivo empreendido por toda a sociedade “civilizada” para justificar a empreitada colonialista. Quando os linguistas da época determinaram a inferioridade dessas línguas, segundo ele, deram à sociedade o aval da ciência para que os “povos atrasados” que as falavam fossem submetidos ao “poder civilizador” dos colonizadores europeus.

Diversas concepções equivocadas sobre língua e linguagem permeiam a sociedade e são repetidas sem questionamento, reproduzidas e perpetuadas pelos indivíduos e pela mídia. Bauer e Trudgill (1998, p. 18-9) analisam algumas dessas ideias, investigando suas origens e contrapondo a perspectiva científica da linguística. Segundo esses autores, os linguistas estão em consenso quanto ao fato de que: “todas as línguas e dialetos são meios de expressão e de percepção complexos e estruturados e que preconceitos baseados no modo de falar de outras pessoas são análogos ao racismo e ao sexismo”. Os autores dizem que os linguistas concordam também que “a maioria dos pontos de vista sobre a superioridade de uma língua ou dialeto sobre outro não tem origem genuinamente linguística, mas social e histórica” e que, além disso, como “produtos únicos e miraculosos do cérebro e da sociedade humanos”, línguas e dialetos “deveriam ser discutidos com respeito e conhecimento”.

Abandonando a classificação preconceituosa das línguas, quaisquer que sejam suas origens, a linguística hoje vê a contribuição que o estudo dos pidgins e crioulos, especificamente, pode dar à ciência: as circunstâncias singulares da sua gênese os conectam diretamente àquele primal impulso de comunicação que a sofisticação das velhas línguas obscurece. Neles é possível enxergar de novo a força que tem o desejo humano de se comunicar; neles vemos em ação os elementos e mecanismos fundamentais para a criação de uma língua.

Os linguistas lidos para este trabalho foram todos enfáticos ao referirem-se à necessidade de mais estudos sobre pidgins – sua morfologia, sintaxe, léxico, fonologia, sua relação com as línguas que os geraram e sua evolução no tempo em direção à criouliização – pelo seu valor intrínseco como línguas, obviamente, mas também como o equivalente linguístico a animais de laboratório: para entender a remota origem e percurso de uma língua os estudiosos da linguística histórica habitualmente se resignam a vasculhar velhos documentos, a buscar pistas em outras áreas do conhecimento, a deduzir significados e

pronúncias a partir de fenômenos linguísticos já registrados em outras línguas, etc. Os pidgins representam para os linguistas a oportunidade inestimável de observar diretamente uma língua nascer e se desenvolver em apenas algumas décadas, enquanto podem ainda observar as línguas que participaram de sua formação, ainda presentes e em uso – esse é o caso, por exemplo de pidgins e crioulos de base inglesa, francesa e portuguesa, que podem ser estudados e comparados paralelamente a suas ‘línguas mães’.

O fato de que pessoas em todas as partes do mundo recorrem aos mesmos artifícios linguísticos quando se sentem pressionadas a simplificar seu discurso para lograr se comunicar é surpreendente e revelador. Aponta para a possibilidade de existir aí um fenômeno que se investigado pode levar a um maior entendimento da capacidade humana para a linguagem. Essa mera possibilidade deve ser, e certamente será, estímulo para mais estudos na área. Uma possível contribuição adicional dos pidgins é o quanto eles têm a nos ensinar sobre o aprendizado de uma segunda língua, uma vez que são o produto da relação de adultos com uma ou mais línguas estrangeiras. O processo de simplificação sintática, morfológica e as alterações fonológicas a que são submetidos os itens lexicais da língua de superstrato são a ilustração de como opera a mente ao lidar com uma língua estrangeira.

Tais oportunidades de progresso científico não podem ser ignoradas em decorrência do preconceito procedente de valores imperialistas ultrapassados. Os pidgins até agora não têm merecido da linguística a atenção devotada às demais línguas, mas essa circunstância pode ser alterada pela divulgação do seu potencial como objeto de investigação científica e pelo reconhecimento da enorme contribuição que o seu estudo pode fazer ao nosso conhecimento sobre línguas.

4 O CAMINHO DO PORTUGUÊS NO BRASIL

O português, que hoje não conhece concorrência no território brasileiro, não foi sempre a língua predominantemente falada no Brasil. Nação e língua, Brasil e português são ideias tão intimamente ligadas que soa verdadeira no imaginário popular a colocação “os 500 anos do descobrimento pelos portugueses correspondem a 500 anos de língua portuguesa no Brasil”, uma afirmação “simplificadora” e “falseadora”, nas palavras de Rodrigues (2011, p. 145).

Na verdade, o ambiente linguístico no Brasil colonial foi tão rico e complexo que tem se mostrado um desafio para os linguistas que agora se dedicam ao estudo dos primeiros séculos de vida da nação identificar ali as influências mais relevantes na evolução do português. Raso, Mello & Altenhofen assim condensam a situação: “devemos olhar para a inserção do português no Brasil, como uma complexificação de uma realidade linguística prévia, que receberia ainda outros insumos, através da chegada das línguas africanas para cá trazidas, via tráfico negreiro”(2011, p. 27).

A história do português brasileiro pode ser contada sob diversas perspectivas: a étnica, a política, a da escolarização e normatização, a da deriva, a dos contatos linguísticos... Por sua vez, a história de como a origem do português brasileiro tem sido contada – a história das histórias do português brasileiro – deve incluir o estudo de textos de variada proveniência nos quais se possa buscar as idéias, as posições adotadas e os argumentos que alicerçavam os posicionamentos assumidos pelos autores – nem todos linguistas – que se têm debruçado sobre o assunto.

4.1 O primeiro contato

O começo dessa história fica bem marcado se referenciarmos as últimas palavras da carta de Caminha ao rei Dom Manoel comunicando a descoberta da nova terra: “deste Porto Seguro de vossa ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500.” (CASTRO, 1996, p. 98).

Ao finalizar a carta, Caminha exalta os dotes da terra encontrada – cuja costa ele calcula que tenha entre 20 e 25 léguas de extensão. Sabendo que o fascínio do mito do eldorado permeava os esforços da expansão ultramarina de Portugal, quase sentimos com o escrivão o seu pesar em frustrar as esperanças do rei em uma frase que soa como uma desculpa por uma tarefa mal cumprida: “Nela [a terra], *até agora*, não pudemos saber que haja

ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem o vimos. *Porém a terra em si é de muito bons ares*” [grifo nosso]. (*op. cit.*, 1996, p.97). Imediatamente após o célebre trecho ‘em se plantando tudo dá’ – na edição utilizada lê-se “tudo dará nela, por causa das águas que tem” – Caminha antevê a grande utilidade que darão à Ilha de Vera Cruz: “E que não houvesse mais que ter aqui Vossa Alteza esta pousada para a navegação de Calecute, isso bastava.” (*op. cit.*, 1996, p.98).

Aqui se prenuncia a espera de três longas décadas que as terras recém descobertas teriam que suportar antes que Portugal vencesse sua indiferença ao “achamento” de Pedro Álvares Cabral e por fim desse início à colonização com a expedição de 1530. Comparado a outros processos de colonização, aquele adotado por Portugal para sua colônia americana parece lento, se não displicente ou até desinteressado. Andreazza & Nadalin, entretanto, nos asseguram que “Diversas medidas administrativas apontam a intenção do reino em manter os domínios americanos mesmo que, antes do século XVIII, não tenham resultado em políticas povoadoras sistemáticas” (2011, p. 59).

Na interpretação de Elia, a Carta de Caminha é o “prólogo” da história do Brasil, que também teria um “preâmbulo”: o período que se estende de 1500 a 1530, durante o qual Portugal, “ainda siderado pelas riquezas da Índia e do Oriente, via no Brasil apenas lugar de escala.” (2003, p. 25).

4.2 Demografia

Colonizar, no entanto, se fazia necessário, para consolidar a posse da terra em um momento de intensa competição entre os emergentes impérios do comércio. Impulsionou essa empreitada, é claro, o ímpeto de se servir de quaisquer bens existentes na colônia que tivessem algum valor para Portugal, ou, na expressão de Darcy Ribeiro, “carrear para lá toda a riqueza saqueável” (2006, p.35). Ouro e prata, particularmente, ainda constituíam o grande sonho português e, como pensam Andreazza & Nadalin (2011, p. 59), “certamente a descoberta de metais preciosos nas Índias de Castela constituiu forte motivação para Portugal agilizar o processo com vistas ao efetivo povoamento”. Acrescentam em seguida que isso representava um “belo impasse para a intrépida jovem nação, cujo contingente populacional sequer alçava 1,5 milhão de habitantes...”. Houaiss (1992, p. 91-2) apresenta um dado divergente para a população de Portugal entre meados do século XV e fins do século XVI: dois milhões, dos quais, segundo ele, um milhão deixa o país para a conquista ultramarina.

Ribeiro (2006, p. 28) apresenta um total menor: um milhão de habitantes no início do ciclo português de conquistas além-mar. O mesmo cálculo é dado por Ilari & Basso (2011, p. 38) e é a seu ver, “um número absolutamente insuficiente para sustentar um movimento migratório de grandes proporções entre a corte e as colônias”, um problema que se manteve por todo o período colonial, segundo eles. Apresentamos no quadro abaixo as estimativas encontradas:

Autores	Número de habitantes de Portugal em 1500
Andreazza & Nadalin	1,5 milhão
Houaiss	2 milhões
Ribeiro	1 milhão
Ilari & Basso	1 milhão

Tabela 1- Estimativas do número de habitantes de Portugal em 1500

Os números relativos à demografia do Brasil nos seus primeiros séculos de existência são muito relevantes, senão cruciais, para a história da nossa língua porque remetem às situações de interação linguística de então. Nas palavras de Mattos e Silva (2004, p. 17), eles (os números) “não dizem tudo, mas acendem algumas luzes”. A ênfase dada em uma soma em vez de outra, um novo cálculo efetuado ou um rearranjo de cifras culmina em uma nova perspectiva de como se constituiu o português brasileiro. O número de habitantes de Portugal à época e, obviamente, quantos deles para cá vieram, tem grande interesse para a compreensão da conjuntura linguística do Brasil colonial, particularmente tomando em conta que diversas outras colônias demandavam, como o Brasil, capital humano escasso num país tão diminuto.

Uma pré-condição para entender o panorama linguístico brasileiro durante a colonização é considerar em primeiro lugar o número de habitantes autóctones comparado ao número de portugueses, inicialmente, e essa soma à de negros africanos que chegariam rápida e continuamente em grande quantidade.

Não encontramos consenso nos cálculos referentes ao número de indígenas que habitavam o Brasil à época do descobrimento, porém, em vívido contraste com o contingente de portugueses, a profusão de índios no Brasil de 1500 está na casa dos milhões.

Castilho (1992, p. 239) diz que “à chegada dos portugueses, pouco mais de um milhão de indígenas, distribuídos por cerca de 300 línguas diferentes, povoavam o território.” Houaiss (1992, p. 56) apresenta retrojeções que vão de 4,5 milhões a 10 milhões de habitantes que “falavam um sem-número de línguas” (*op. cit.*, 1992, p.52). Rodrigues (2011, p. 155) somente faz referência ao total de línguas indígenas: 1.175. Ilari & Basso (2011, p. 60 e 67)

reportam 6 milhões de indígenas falando “350 ou mais de mil” línguas. Bagno (2011, p. 229) fala de 1 a 6 milhões de habitantes e 300 línguas. Finalmente, Andreatza e Nadalin (2011, p. 60) explicam a discrepância entre os cálculos dizendo que o contingente encontrado na América pelos europeus não pode ser avaliado facilmente e que “tradicionalmente, as estimativas indicavam 2,4 milhões de nativos em fins do século XV; mais recentemente ampliou-se o número para 8 milhões”. Os dados acima estão organizados na tabela 2, a seguir.

AUTOR	Número de indígenas	Número de línguas
Castilho	Mais de um milhão	300
Ribeiro	Um milhão	-----
Houaiss	4,5 a 10 milhões	“um sem número”
Rodrigues	-----	1.175
Illari & Basso	6 milhões	350 ou mais de mil
Bagno	1a 6 milhões	300
Andreatza & Nadalin	8 milhões	-----

Tabela 2 – Estimativas do número de habitantes e línguas indígenas no Brasil em 1500

Tais números, mesmo imprecisos, quando cotejados com as estimativas atuais, significativamente mais sólidas e mais confiáveis, refletem o tamanho da perda humana e linguística ocorrida nesses séculos de história oficial brasileira: restam somente 350 mil pessoas, de 206 etnias, falantes de cerca de 180 línguas. Fica claro que palavras como ‘massacre’ e ‘genocídio’, recorrentes na literatura que trata do tema, são adequadamente aplicadas. Para focalizar somente o aspecto linguístico da destruição, nós literalmente não sabemos o que perdemos. Perdemos um tesouro linguístico, obviamente, mas perdemos também objetos de estudo que – como todas as línguas, por sua relação íntima com a própria natureza humana – detinham pistas para a compreensão de nós mesmos. Cardoso, Mota & Silva (2006, p. 22) apreciam a questão da seguinte forma:

A perda de uma língua e da diversidade linguística são irreversíveis, pois diminuem as possibilidades de uma reconstrução mais completa da pré-história linguística e também de determinar a natureza, o leque e o limite das possibilidades linguísticas humanas, tanto em termos de estrutura, quanto em termos de comportamento comunicativo ou de expressão e criatividade poética.

Para além de outras contribuições, temos, concretamente, milhares de termos – substantivos em sua esmagadora maioria – relativos à toponímia, à fauna, à flora e aos usos da vida indígena que ingressaram no português no período colonial e ainda integram o léxico do português brasileiro. Mesmo um exame superficial dessa herança lexical nos remete à

importância do elemento indígena para aqueles primeiros portugueses, que, ignorantes de tudo na nova terra, se valiam do conhecimento e das línguas indígenas para nomear tudo que “descobriam” nas incursões que faziam Brasil adentro, sempre guiados por nativos. Será notado que alguns termos, como *biboca*, *caipira*, *mingau*, *pixaim*, *etc.*, não mais nomeiam itens exclusivos do universo indígena ou rural, mas transcederam essa função e assumiram múltiplos sentidos, conotando ideias de amplo uso na sociedade brasileira.

Os termos abaixo, coletados em fontes escritas por Antônio Geraldo da Cunha (HOUAISS, 1992, p. 63-70), são uma pequena amostra do trabalho do autor e foram selecionados para ilustrar aqui a natureza e a extensão da contribuição lexical indígena para o português brasileiro, frequentemente estimada em 10 mil vocábulos. Visto que grande parte dos itens é composta de regionalismos, listamos somente aqueles cujo uso é mais generalizado e, portanto, têm mais probabilidade de serem reconhecidos.

abacaxi	açaí	aguapé	aí	aipim	amendoim	ananás
arapuca	arara	babaçu	beiju	biboca	buriti	caboclo
caipira	cajá	caju	capim	capixaba	capoeira	cauim
cipó	coroca	cuia	cuíca	cumbuca	cunhã	curió
curumim	cururu	cutia	gambá	guará	guri	igapó
igarapé	ipê	jaburu	jabuti	jacá	jaçanã	jacarandá
jacaré	jacu	jaguarica	jenipapo	jequi	jequitibá	jerimum
jibóia	jirau	juriti	jururu	macaxeira	mandioca	maracujá
tapera	mingau	mirim	muriçoca	oca	paca	paçoca
pereba	perereca	peroba	peteca	piaba	piaçava	piau
pipoca	piracema	pitanga	pitomba	pixaim	poraquê	pororoca
potó	puba	sabiá	saci	samambaia	sapé	sapucaia
sarará	saúva	siri	soca	surubim	surucucu	taba
tabaréu	taboca	tacape	taioaba	tamanduá	tapera	tapioca

tatu	tiririca	tocaia	traíra	tucano	tucupi	urubu
------	----------	--------	--------	--------	--------	-------

Tabela 3: Alguns itens lexicais de origem indígena presentes no PB

Fonte: Houaiss, 1992, p.63-70

Na tentativa de elucidar como o português do Brasil colonial foi afetado por cinco séculos de convivência com as línguas indígenas, Ilari e Basso (2011, p. 64) apresentam duas perspectivas:

- (1) Para alguns estudiosos, a unidade estabelecida pela língua comum da catequese, a língua geral, teria permanecido no imaginário brasileiro, contribuindo para criar a ideia de uma nação brasileira, e ajudaria a explicar a relativa uniformidade do português falado no Brasil
- (2) Enriquecimento do português do Brasil pelo contato com as línguas indígenas.

Ambas essas perspectivas serão melhor compreendidas se considerarmos que a participação dos indígenas na formação da língua e nação brasileiras transcende aportes lexicais ou de outra natureza. Muitos dos primeiros brasileiros foram amamentados por suas mães indígenas e tiveram por língua materna o tupi da língua geral, uma vez que nos primeiros séculos da colônia era “escassíssimo o elemento branco” (SILVA NETO, p. 67), quase exclusivamente do sexo masculino, e “a nativa sempre significou disponibilidade – voluntária ou não – de mulheres” (ANDREAZZA; NADALIN, 2011, p. 61). Nascemos mestiços e imersos no bilinguismo (ou plurilinguismo), o que pode nos ajudar a começar a entender a origem e a configuração do português do Brasil.

Quanto aos escravos africanos, não há informações exatas sobre quando os primeiros deles chegaram ao Brasil, mas é possível encontrar referências à sua presença na primeira expedição oficial de portugueses, em 1532, embora date de 1549 o alvará de D. João III autorizando aos donos de engenho brasileiros o tráfico negreiro (LUCCHESI, 2009, p. 45). A importação de escravos negros sequestrados da África foi ininterrupta a partir de então e os números são assombrosos: Castilho (1992, p. 180) diz que 18 milhões de africanos foram trazidos para o Brasil entre 1538 e 1855. Castro (2001, p. 62) informa que foram importados de 4 a 5 milhões de escravos do século XVI ao XIX. Bagno (2011, p. 235) fixa o número em 4 milhões. Raso, Mello & Altenhofen dizem terem vindo de 3 a 4 milhões. Lucchesi (2009, p. 59) explica que as estimativas variam tão grandemente em razão de os cálculos serem feitos

indiretamente, na ausência de fontes diretas, e que a cifra que é normalmente adotada é a de três milhões e seiscentos mil. A tabela a seguir organiza esses dados:

Autores	Total de escravos
Castilho	18 milhões
Castro	4 a 5 milhões
Bagno	4 milhões
Raso, Mello & Altenhofen	3 a 4 milhões
Lucchesi	3 milhões e 600 mil

Tabela 4 – Total de escravos trazidos para o Brasil, segundo alguns autores

Como resultado da contínua chegada de novos escravos, a população brasileira, cuja maioria era de índios a princípio, tem proporção cada vez maior de africanos, o que, para Lucchesi (2009, p. 59), é mais relevante para determinar o impacto do elemento africano na sociedade brasileira do que números absolutos.

Segundo “deficientíssimas informações demográficas” de um recenseamento realizado por Anchieta em 1583 (SILVA NETO, 1986, p. 72), o total de brancos, índios (aldeados) e negros era segmentado como mostra a tabela a seguir:

	Brancos	Índios	Negros
Bahia	12.000	8.000	2 a 4.000
Pernambuco	8.000	2.000	10.000
São vicente	1.500	1.000	-----
Rio de janeiro	750	3.000	100
Espírito santo	750	4.500	-----
Porto seguro	750	-----	-----
Ilhéus	750	-----	-----
Itamaracá	250	-----	-----
Total	24.750	18.500	12.100 a 14.100

Tabela 5 - População do Brasil em 1583
Fonte: Adaptada de Silva Neto (1986, p.72)

Os brancos portugueses seriam, então, nesse momento, cerca de 40% da população colonial e os restantes 60% composto de negros e índios. É preciso dizer que esse recenseamento foi realizado quando a importação de escravos tinha apenas começado.

Lucchesi (2009, p.45) afirma que em 1700 a população brasileira era de 300 mil pessoas, das quais no máximo 100 mil seriam brancas e 170 mil seriam escravos de origem africana, uma situação que iria se acentuar no século XVII.

Bagno nos ressensibiliza para a extensão e a abominação da escravidão enfatizando que o sequestro de negros africanos foi contínuo por 400 anos e atingiu 10 milhões de seres humanos, não levando em conta seus descendentes nascidos em cativeiro. 40% desse total tinham o Brasil como destino, que é, dessa forma, segundo Bagno (2011, p. 235), “o país que mais recebeu escravos negros na história” e também “o último do mundo a abolir a escravidão negra, em 1888”, o que significa que “em mais de 75% dos pouco mais de quinhentos anos de nossa história oficial predominou no país a prática escravagista.”

Em Lucchesi (2009, p. 46) lemos que os escravos cedo tiveram contato com o português, embora seja possível que nos primeiros séculos eles tenham tido contato com a língua geral, antes de a presença indígena ser drasticamente reduzida. O autor considera de importância crucial conhecer a natureza e a extensão dos contatos entre línguas desde a colonização para poder dimensionar as consequências desses contatos na realidade linguística brasileira atual. Dentre muitas questões de natureza sócio-histórica e demográfica que tiveram repercussões no português brasileiro, Lucchesi (2009, p. 58) destaca três:

- (1) número de escravos africanos trazidos para o Brasil e impacto, em termos demográficos, desse contingente sobre a composição étnica da sociedade brasileira;
- (2) origem geográfica e caracterização etnolinguística dos africanos e sua distribuição pelo território brasileiro;
- (3) formas de interação desses indivíduos, nos níveis social, cultural e linguístico, com o grupo dominante.

Uma entre vários linguistas empenhados em investigar tais questões, Yeda Pessoa de Castro elaborou o *Vocabulário afro-brasileiro*, publicado na obra *Falares africanos na Bahia*. Para a autora, “as importações africanas pelo português revelam, de certa forma, a própria história dos seus falantes” (CASTRO, 2001, p. 16), o que certamente torna mais valioso um estudo como o seu, pois, nas suas próprias palavras, há “uma escassez de informações de

como vivia e se comunicava a massa escrava nos tempos coloniais” (*op. cit., ibidem*).

Como se poderá ver na amostra abaixo, muitos dos termos se referem à vida familiar e ao trato com crianças, como *caçula, dengo, calundu, cochilar, moleque*, etc.; outros apontam para os aspectos afetivos/emotivos ou estados de espírito, como *cafuné, encabular, encafiçar, muxoxo*, etc.; há uma grande quantidade de termos usados exclusivamente na fala distensa, num tom familiar ou brejeiro, cujo uso reservamos para o convívio mais à vontade de amigos e família; próximos a esses últimos contamos uma profusão de termos relativos ao corpo e à sexualidade. As próprias áreas de onde provêm os itens lexicais ressaltados acima sugerem a intimidade da convivência com os negros africanos e suas línguas, particularmente o banto, a língua de onde procedem a vasta maioria dos termos coletados aqui. Não foram incluídos na seleção os numerosos termos relativos à culinária e à religiosidade e a manifestações culturais.

angu	babá	babaca	babáu	bamba	bafafá
bagunça	banguela	banzé	batucar	beleléu	biboca
boboca	borocoxô	brucutu	bunda	bololô	cacimba
cachaça	cachimbo	cacunda	cafofo	cafundó	cafuné
cafungar	calango	calombo	calundu	cambada	canga
cangalha	capanga	capenga	carimbo	caroço	catimba
catinga	caxingar	caxumba	cochilo	coque	coroca
cotoco	cuca	cucuia	curinga	dengo	diamba
encafiçar	encabular	fiofó	forró	fuá	fulo
fungar	furdunço	futucar	fuxico	fuzuê	ginga
forró	fulo	fungar	furdunço	futucar	fuxico
fuzuê	ginga	gongo	infuzar	inhaca	jabaculê
jagunço	lelé	lengalenga	maconha	mandinga	mangar
maracutaia	marimbondo	minhoca	mocambo	molambo	moleque
mondrongo	moquiço	moringa	muamba	muvuca	muxoxo
pitoco	quenga	quitanda	sacana	songamonga	sunga
tanga	tibum	títica	tribufu	xibungo	xingar
xodó	xoxota	zangar	zanzar	zumbi	zunzunzum

Tabela 6: Alguns itens lexicais de origem africana presentes no PB

Fonte: Castro, 2001.

Alkmim & Petter, num outro estudo, levantaram vocábulos de origem africana registrados em textos do século XIX ao século XX para analisar a estabilidade e o dinamismo do seu uso no português atual e determinar sua “integração, mobilidade e vitalidade na língua”. Depois de analisar os termos encontrados no seu estudo – que estão contidos no *Vocabulário* de Castro, mencionado acima – Alkmim & Petter (2009, p. 157-8) sugerem que eles podem ser dispostos em três categorias: na primeira incluem termos como *cachimbo*, *marinbondo*, *xingar*, etc. “que podem ser usados em qualquer interação social”; na segunda, constituída de termos de uso coloquial que, “eventualmente, dependendo da situação, são substituídos por outros” estão termos como *mandinga*, *muamba*, *banguela*, etc.; na última categoria, constituída de “termos marcadamente informais, de uso restrito”, incluem termos como *cafofo*, *sacana*, *bunda*, etc.

Castro revela uma descoberta feita no processo de elaboração do *Vocabulário*: na maioria dos casos estudados foi constatada “uma adaptação morfológica (morfemas de gênero e número) mais do que uma evolução fonética das palavras importadas, diante das semelhanças casuais, mas notáveis do sistema linguístico das línguas banto e kwa identificadas com o sistema do português brasileiro”. Castro explica que as semelhanças incluem a existência de sete vogais orais; cinco vogais nasais; e a estrutura silábica (CV), cujo centro é a vogal (V), o que resulta na fórmula (CV.CV) representando a estrutura ideal e tornou possível “a continuidade do tipo prosódico de base vocálica do português arcaico na modalidade brasileira, afastando-o, portanto, da pronúncia atual, muito consonantal, do português europeu” (CASTRO, 2001, p. 76-7).

A partir da constatação dessa semelhança, a autora formula um questionamento de muita relevância para o estudo do português do Brasil: considerando que a) o Brasil tem a maior concentração de população de ascendência negra fora do continente africano e b) o português foi língua estrangeira imposta a uma população majoritária de falantes africanos por três séculos consecutivos; ela indaga se a proximidade entre o português brasileiro e as línguas africanas não seria o fator responsável pelo fato de que não surgiu um crioulo brasileiro como segunda língua ou como língua nacional, a exemplo do que se passou em outras nações. Ela conjectura se esse não poderia ser o “elo perdido” para fechar a questão da criouliização.

Os números da demografia do Brasil colonial permitem inferir que foram extensos e intensos os contatos linguísticos entre os falantes das línguas indígenas e africanas, de um lado, e os falantes do português europeu, de outro. Lucchesi acentua a relevância desse

contato:

No Brasil, o contato dos colonizadores portugueses com milhões de aloglotas falantes de mais de mil línguas indígenas autóctones e de cerca de duzentas línguas que vieram na boca de cerca de quatro milhões de africanos trazidos para o país como escravos, é, sem sombra de dúvida, o principal parâmetro histórico para a contextualização das mudanças linguísticas que afetaram o português brasileiro. (Lucchesi, 2009, p. 41)

Há consenso na afirmação de que o elemento africano teve mais impacto sobre a realidade linguística brasileira do que o indígena. Entretanto, o lugar social que lhes era dado – e em certa medida ainda é – não correspondia ao volume do seu trabalho. No parecer de Lucchesi (2009, p. 46), “ao longo de quase três séculos [...] os africanos e seus descendentes crioulos garantiram, de forma decisiva, a atividade produtiva do país, participando de quase todas as esferas da vida social; não alcançando, porém, os postos e benefícios de uma cidadania, tão restrita e tão discricionária.”

Não temos todos os dados desejáveis da sócio-história do Brasil para a compreensão inequívoca do percurso do português brasileiro até a atualidade, porém os escassos e inexatos números da nossa história demográfica são uma baliza que delimita hipóteses e orienta os estudos em direção a uma conclusão: somos mestiços genéticos, culturais e linguísticos. Castro (2001, p. 77) reflete que os graus da mestiçagem entre línguas que ocorre no Brasil correspondem aos graus de mestiçagem entre os indivíduos, mas não de maneira absoluta e acrescenta que aceitar ou recusar essa herança é uma questão de natureza sociocultural.

4.3 A língua geral

O primeiro registro que temos de interação verbal entre os colonizadores portugueses e os indígenas encontrados no Brasil é a carta de Pero Vaz de Caminha, que se torna, assim, um documento significativo também para a sócio-linguística. Após algumas tentativas frustradas de comunicação, Caminha descreve os nativos como “gente que ninguém entende” (CASTRO, 1998, p. 30).

A partir daí, nos interessa sobremaneira neste estudo o fato de que, surpreendentemente, foi a língua autóctone que veio a ser o veículo de comunicação entre os dois povos. Esta é a primeira de uma sequência de particularidades que fazem do Brasil um caso atípico de colonização. Rodrigues (2006, p. 145) afirma que:

A colonização do território que veio a ser chamado Brasil distinguiu-se por muitas singularidades das colonizações de outras partes do continente americano. Algumas delas são de natureza linguística, como o desenvolvimento de duas línguas de origem indígena que sobrepujaram a língua européia dos colonizadores, uma durante perto de 250 anos, a outra por mais de 300 anos.

Essas duas línguas a que ele se refere são a língua geral paulista e a língua geral amazônica, as duas línguas gerais do Brasil.

A língua geral paulista, ou simplesmente língua geral, é também chamada ‘língua do Brasil’, ‘língua da terra’, ‘língua do mar’ e ‘língua brasílica’.

Ela tinha por base a língua tupi e foi aprendida pelos missionários jesuítas para possibilitar a catequese dos índios. Sua importância era tamanha que mereceu dos missionários a produção de uma gramática, escrita por José de Anchieta ainda em 1595: *Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, um título que transparece a serventia dessa língua à época. Na perspectiva de Mattos e Silva (2004, p. 14) a língua indígena nos séculos XVI e XVII foi instrumento fundamental para a dominação dos nativos no processo colonizador e evangelizador. Em consequência desse processo, a língua geral foi por longo tempo a língua dominante no Brasil

Segundo Rodrigues (2002, p. 99) a expressão ‘língua geral’ “foi inicialmente usada, pelos portugueses e pelos espanhóis, para qualificar línguas indígenas de grande difusão numa área.” Silva Neto (1986, p. 16) a chama de ‘koiné’ enquanto Naro & Scherre (2007, p. 28) a designam “pidgin ou coiné”, porém outros se referem a ela simplesmente como o ‘tupi’, o ‘tupi-guarani’ ou ainda o ‘tupinambá’. A imprecisão na nomenclatura talvez seja consequência de uma ambiguidade quanto à origem da língua, detectada na leitura da bibliografia: Houaiss (1992, p. 81) fala da língua geral como “espontaneamente emergente”; Raso, Mello e Altenhofen (2011, p. 30) dizem que a ocupação territorial pelos portugueses “levou ao desenvolvimento da chamada *língua brasílica*, também conhecida como *língua geral*”; Moore (2011, p. 217) afirma que “grande número de nativos” ao serem realojados eram obrigados a aprender a “língua do mestiço”, uma língua “Tupí-Guaraní originalmente falada na costa que foi modificada por efeitos do substrato e empréstimos do português”. Levados pela leitura de alguns autores e pela informação sócio-histórica que temos sobre o Brasil nesse período, seria possível caracterizar a língua geral como um pidgin. Entretanto, os autores que mantêm os nomes indígenas ‘tupi’, ‘tupi-guarani’ ou ainda ‘tupinambá’, nos levam, por outro lado, a depreender que a língua geral era mesmo uma língua autóctone aprendida pelos portugueses (que posteriormente sofreu variações pelos usos a que foi submetida).

Lucchesi (2009, p. 43-4) fornece a melhor abordagem da questão ao demonstrar que a denominação ‘língua geral’ não se refere sempre ao mesmo veículo de comunicação. Ele analisou as diferentes acepções que a expressão assume para recobrir uma diversidade de situações linguísticas:

- (1) A *koiné* empregada na comunicação entre as tribos de línguas do troco tupi da costa brasileira;
- (2) A sua versão como língua franca usada no intercuro dos colonizadores portugueses e indígenas;
- (3) Aversão nativizada predominante nos núcleos populacionais mestiços que se estabeleceram no período inicial da colonização;
- (4) A versão ‘gramaticalizada’ pelos jesuítas sob o modelo do português e utilizada largamente na catequese, até de tribos de língua não tupi [...]; e
- (5) A língua franca de base tupi utilizada como língua segunda por tribos de língua não tupi (podendo também nesses casos ocorrer a sua nativização).

A língua geral paulista, como foi dito, era a língua usada pelos jesuítas na cristianização dos índios, mas também era o veículo de comunicação entre os colonizadores portugueses, os indígenas e negros. Além disso, era o meio de comunicação usado pelos bandeirantes em suas explorações Brasil adentro e através deles conquistou uma área geográfica mais ampla, deixando marcas no léxico do português do Brasil, muito particularmente na toponímia, inclusive em áreas onde não eram originalmente faladas (COUTO, 1996, p. 93). Essa língua foi hegemônica até o século XVIII, quando dois eventos, um político e um sociodemográfico, determinaram seu fim: em 1757 Portugal impôs, através do Marquês de Pombal, a obrigatoriedade do uso do português na colônia; simultaneamente, houve uma onda migratória de portugueses em busca de enriquecimento no ciclo do ouro em Minas Gerais, o que significou o aumento do acesso dos habitantes do Brasil a modelos de língua portuguesa. Em razão desses acontecimentos, gradativamente perdeu espaço para o português a partir do século XVIII e afinal se extinguiu.

Diversamente, a língua geral amazônica, mais conhecida como *nheengatu*, sobrevive até hoje e, segundo Rodrigues (2002, p. 99), tem muito mais registros (gramáticas, dicionários, catecismos, lendas) do que a língua geral paulista.

O fato é que essas duas línguas, muito próximas uma da outra, possibilitavam a comunicação com os indígenas em grande parte da colônia. Rodrigues (2006, p. 145) afirma que “essa situação *sui generis* prevalecente ao longo da costa favoreceu consideravelmente a comunicação dos portugueses com os *tupinambá* e os *tupí* (a língua aprendida em um ponto da costa podia servir em quase todos os outros ao longo desta)”. Para que isso ocorresse, ou seja, para que existisse uma língua comum a uma multitude de nações indígenas, a explicação de Houaiss (1992, p.53) é que “pelas afinidades languageiras – etimológicas, morfológicas,

semânticas, sintáticas, *et aliae* –, certos conjuntos de línguas [...] podiam mais facilmente aceder a uma ‘língua geral’.”

Porém, aquilo que a princípio foi conveniente para os colonizadores, facilitando suas relações com a população autóctone, nos séculos seguintes se tornaria não somente um entrave à implantação da língua europeia como meio geral de comunicação, mas também “um risco para a hegemonia do português no Brasil” (MATTOS e SILVA, 2004, p. 14).

Um importante aspecto da ampla e duradoura utilização da língua geral no Brasil colonial que tem particular relevância para o presente estudo é o fato de que ela contribuiria decisivamente, segundo alguns autores, para inibir o surgimento de pidgins e crioulos.

A inquestionável existência da língua geral é importante para os atuais estudos sobre a origem do português brasileiro porque ela se tornou um dos argumentos daqueles que defendem a tese da ancianidade (deriva ou também mudança natural). A seu ver, essa língua geral supria todas as necessidades de comunicação de então, não havendo, portanto, a necessidade ou oportunidade para o surgimento do pidgin de base portuguesa – que é o sustentáculo da tese crioulista.

Naro & Scherre (*op. cit.*, p.28) fazem do uso generalizado do pidgin tupi um forte argumento em favor de sua tese, dizendo que as fontes permitem afirmar com bastante segurança “o predomínio quase total da ‘língua geral’[...] até pelo menos o início ou meados do século XVIII. Todos os grupos étnicos – índios de diversas tribos, europeus e africanos – sabiam se comunicar usando esse sistema tupi”.

Eles concluem, portanto, que:

Parece então improvável que tenha existido no Brasil uma língua pidgin ou crioula de base lexical portuguesa associada predominantemente com a etnia afro-brasileira ou ameríndia. Tal língua era dispensável, dada a existência de outras ‘línguas gerais’, de bases não europeias, que já preenchiam as necessidades comunicativas da população. (NARO & SCHERRE, 2007, p. 31)

4.4 Jesuítas

Naqueles primeiros dias que a expedição de Cabral passou na costa brasileira, o contato com os índios forneceu aos portugueses informações sobre como lidar com os indígenas e obter sua cooperação e trabalho, explorando a “atração irresistível” que as ferramentas e adornos dos brancos exercia sobre os nativos (RIBEIRO, 2006, p.39). Em uma

série de contatos com os homens da terra, os portugueses os ‘treinam’ a ajudá-los em algumas tarefas:

[...] e traziam cabaças de água e tomavam alguns barris que nós levávamos; enchiam-nos de água e traziam-nos para os batéis [...] e então pediam que lhes desse alguma coisa. Nicolau Coelho levava cascavéis e manilhas; a um dava uma cascavel; a outro uma manilha; de maneira que, com aquele chamariz, faziam por ajudar-nos (CASTRO, 1996, p. 20).

Algumas páginas adiante (*op. cit.*, 1996, p. 29-30), Caminha relata que, dias mais tarde, ao se preparar para partir, o capitão-mor convoca uma reunião, da qual Caminha participa, com os capitães de todas as naus e submete ao grupo a ideia de “tomar [...] à força, um par desses homens” e enviá-los a Portugal pelo navio de mantimentos. Subentende-se no texto que o objetivo seria extrair dos nativos informações acerca das riquezas da terra. Quando afinal optam por não fazê-lo, a decisão baseia-se no fato de que experiências semelhantes haviam fracassado anteriormente, não produzindo informação confiável. Ou seja, eles tomam em conta o que seria mais benéfico para Portugal, sem mostrar escrúpulos quanto à violência do ato ou consideração pelos dois sequestrados.

As páginas de Caminha não apenas precedem, mas prenunciam o fado indígena nas mãos dos colonizadores. Nas palavras de Lucchesi (2009, p. 43), “O expediente do escambo para se obter a força de trabalho indígena rapidamente cedeu lugar ao emprego da força, e logo se iniciou o processo de escravização do índio.” Ele acrescenta que “Paralelamente ao trabalho de submissão material do índio levado a cabo pelos colonizadores portugueses, os missionários da Companhia de Jesus, os jesuítas, realizavam o trabalho de sua submissão espiritual, através da catequese”.

A participação dos religiosos da Companhia de Jesus, os jesuítas, no processo de colonização do Brasil desperta sentimentos antagônicos entre os estudiosos, tanto no que se refere à sua relação com os indígenas como no que diz respeito ao seu método educacional. No que concerne aos índios, muitos, como Lucchesi, leem na sua atuação missionária a sujeição espiritual dos povos nativos. Ribeiro (2006, p. 39), por exemplo, fala que a pregação missionária caía “como um flagelo” sobre índios “assombrados” pelas terríveis provações – morte, doenças, escravidão – que os brancos lhes impunham e que com ela:

Os índios souberam que era por culpa sua, de sua iniquidade, de seus pecados, que o bom deus do céu caíra sobre eles, como um cão selvagem, ameaçando lançá-los para sempre nos infernos. O bem e o mal, a virtude e o pecado, o valor e a covardia, tudo se confundia, transtrocando o belo com o feio, o ruim com o bom. Nada valia, agora e doravante, o que para eles mais valia: a bravura gratuita, a vontade de beleza, a criatividade, a solidariedade. A cristandade surgia a seus olhos como o mundo do pecado, das enfermidades dolorosas e mortais, da covardia que se adonava do mundo índio, tudo conspurcando, tudo apodrecendo.

Elia (2003, p. 31), por outro lado, sai em defesa dos jesuítas afirmando que “o indígena não tem religião nem códigos” e que a sua subjugação foi uma consequência inevitável do fato de que os nativos fugiam quando os missionários a princípio levavam até eles “a palavra da redenção” no interior das florestas e em suas tabas e tentavam mantê-los nas casas missionárias. Na perspectiva de Elia, “Tornava-se, pois, necessário ‘sojigá-los’, fixá-los, ainda que precariamente, em território cristão; para isso, fundaram ‘aldeias’, que afinal lograram certo êxito.” Quanto a uma outra acusação feita contra os jesuítas, aquela que credita a eles uma desintegração ou genocídio cultural das nações indígenas brasileiras nos primeiros séculos de vida da colônia, ele atenua e escusa o feito jesuíta dizendo que “Na verdade o que houve e pôde haver foi o ensaio de uma ‘transferência’ cultural” e que suas “verdades nucleares foram preservadas pelos catequistas”, que também toleravam dos indígenas os costumes “não incompatíveis com a doutrina cristã”, que eram rigorosos na repressão à magia, poligamia e antropofagia, mas que permitiam hábitos ‘periféricos’ como danças, cânticos, uso da língua nativa e de seus instrumentos musicais e “até um certo nudismo”. E conclui, seguro, “Nada, portanto, de genocídio cultural.”

Esse não parece ser um posicionamento isento. Dar crédito a essa afirmação seria ignorar evidências que já aparecem, em abundância, na carta de Caminha, como no momento do relato (CASTRO, 1998, p. 45-6) em que é mostrado claramente aos índios o que esperavam deles, naquele momento e pelos séculos que viriam: amoldar-se à cultura do branco: “disse o capitão que seria bom irmos direito à Cruz [...] e que nos puséssemos todos de joelhos e a beijássemos, para eles verem o acatamento que lhe tínhamos. E assim fizemos. E a esses dez ou doze que aí estavam acenaram-lhes que fizessem assim e foram logo todos beijá-la.”

A Igreja nesse momento é útil aos propósitos do colonizador e terá papel expressivo, por meio dos jesuítas, no contato com os índios e na escolarização dos brasileiros até o século XVIII, quando sua proeminência na colônia se torna incômoda para Portugal.

4.5 Miscigenação

Os textos que retratam ou tratam da miscigenação no Brasil têm em comum a ênfase no apelo que as mulheres índias e negras tinham sobre os europeus. Já Caminha parece encantado pela beleza das índias, que descreve (com “entusiasmo”, como diz Houaiss) em várias passagens, como a que segue:

Uma daquelas moças estava toda tinta, de baixo acima, daquela tintura, a qual na verdade, era tão bem feita e tão redonda; e sua vergonha, que ela não tinha, tão graciosa, que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições, faria vergonha, por não terem a sua como ela. (Castro, 1996, p. 23)

A ampla maioria dos primeiros colonos do Brasil era composta de homens. Em *Sistema de casamento no Brasil colonial*, obra para qual pesquisou vasta documentação de fontes primárias datadas dos primeiros tempos do Brasil, Maria Beatriz Nizza da Silva informa que os casais que vieram para a colônia nos primeiros tempos pertenciam à nobreza e eram itinerantes, logo retornando à metrópole (NIZZA DA SILVA, 1984, p. 18). Aqueles que de fato se estabeleciam na terra eram os homens que vinham em busca de trabalho, aventura, riqueza, liberdade; homens que aqui aportavam desacompanhados e, ao chegar, tomavam índias, livres ou escravas, por esposas, legítimas ou não – uma vez que o matrimônio era largamente ignorado. Nizza da Silva explica o porquê da necessidade de reconhecer, na pesquisa para o seu livro, uma noção de família no sentido mais amplo, acompanhando a escolha de outros historiadores:

No caso específico do Brasil colonial, um historiador como Donald Ramos, depois de acentuar a importância do laço conjugal para definir a família, resolveu também adotar, devido à baixa taxa de casamentos observada em Vila Rica, o laço de paternidade ou maternidade nessa definição, de maneira a poder dar conta dos inúmeros domicílios habitados por mãe solteira com filhos [...] Em relação, portanto, ao período colonial, o estudo da família em sentido restrito, se tem que assentar fundamentalmente na análise do sistema de casamento de acordo com as leis da Igreja e do Estado, não pode, por outro lado, omitir aquilo que então se denominava ‘casamento pela lei da natureza’ ou, de maneira pejorativa, concubinato ou mancebia. (*op. cit.*, p. 4)

Era do interesse da Coroa portuguesa o povoamento de sua colônia americana, cuja defesa e desenvolvimento demandavam homens. Assim, Portugal acompanhava atentamente através de seus administradores o surgimento de novos povoados, o acréscimo e decréscimo do número de habitantes. A posição da igreja é outra, como podemos ver nas cartas de jesuítas radicados no Brasil. Ela se preocupa em legitimizar os casamentos e dar fim à liberdade dos relacionamentos na colônia, incentivada pelo modelo de casamento indígena, que permitia múltiplas esposas. Há, portanto, duas forças em conflito na empreitada colonial: a urgência de povoar um território de dimensões gigantescas e o receio de que, num ambiente de “quase intoxicação sexual” (FREYRE, 2004, p. 161), a ‘moral e os bons costumes’ da época fossem ameaçados.

Uma vez que o casamento atendia às necessidades de ambos os lados, obstáculos de toda natureza foram vencidos para estimulá-lo. Nizza da Silva contrasta, porém, os interesses

administrativos e os religiosos e, conseqüentemente, sua abordagem do matrimônio. Ela mostra cartas contendo insistentes apelos a Portugal feitos:

- (1) Por oficiais da colônia, cujo objetivo maior era o povoamento, para que enviassem homens à colônia: “Outrossim mande que os degredados que não sejam ladrões sejam trazidos a esta vila para ajudarem a povoar porque há muitas mulheres da terra mestiças com quem casarão e povoarão a terra.” Oficiais da Câmara da vila de São Paulo, 1561 (*apud* NIZZA DA SILVA, 1984, p. 17); e
- (2) Por padres jesuítas, que temiam a libertinagem na *terra brasilis*, e queriam a vinda de mulheres portuguesas, para casamentos legítimos: “Parece-me cousa mui conveniente mandar S. A. algumas mulheres, que lá têm pouco remédio de casamento, a estas partes, ainda que fossem erradas, porque casarão todas mui bem, contanto que não sejam tais que de todo tenham perdido a vergonha a Deus e ao mundo.” Pe. Manuel da Nóbrega, carta de 6 de agosto de 1549 (*apud* NIZZA DA SILVA, 1984, p. 17)

Além disso, teses religiosas que proclamavam ser o celibato superior ao casamento, apesar de terem grande apelo junto à Igreja Católica à época, não poderiam vingar no Brasil colonial. Com vistas a povoar o mais rapidamente possível a colônia, Portugal desencorajava quaisquer obstáculos impostos ao casamento, inclusive o celibato religioso feminino. O posicionamento da Coroa portuguesa sobre o assunto pode ser constatado em uma resposta do rei a uma solicitação feita para a criação de mosteiros para freiras no Brasil. Sua determinação foi para que, em vez de um mosteiro, se criasse uma casa de recolhimento para as moças órfãs, onde pudessem ser mantidas até a idade de casar, com a justificativa de que,

Tendo Sua Majestade consideração ao muito que importa a seu serviço, e acrescentamento daquele Estado, povoar-se de gente principal e honrada, que é o intento, com que, do princípio do seu descobrimento, se enviam a ele cada ano donzelas órfãs de bons pais, para ali se casarem, não há conveniência fazerem-se naquelas partes mosteiros de freiras, sendo tão estendidas que, para se povoarem, é necessária muita mais gente, do que nelas há. (NIZZA DA SILVA, 1984, p. 23)

Semelhantemente, quando recebe um solicitação para transformar o Recolhimento de Nossa Senhora da Glória de Pernambuco em mosteiro, nega o pedido emitindo o seguinte parecer: “Desde o descobrimento da América até hoje, que Portugal com irreparável perda se está despovoando a si próprio, para povoar os domínios do Brasil, e até agora, não tem

conseguido mais que o ter-se habitado uma pequena, e insignificante parte do mesmo Brasil.” (op. cit. p. 23)

E os casamentos se multiplicaram, legítimos ou não. A consequência natural de tal início foi – e ainda é –, a mestiçagem da população. No primeiro século o branco é elemento escasso no Brasil, “afogado na maré dos índios e africanos”, segundo Silva Neto, que diz ser essa “por excelência a fase do mameluco bilíngue” (1986, p. 67-8). Para além de ‘mameluco’, a continuidade do processo exigiu nova e exuberante nomenclatura para dar conta dos novos tipos étnicos: mazombos, emboabas, chibarro, cafuzos, mulatos, crioulos, para citar alguns (HOUAISS, 1992, p. 93). A proporção de mestiços cresceu continuamente em relação a índios, negros e brancos até finalmente se tornar o componente étnico mais numeroso no censo de 1890, como se vê ao comparar as Tabelas 6 e 7, abaixo.

Grupo Étnico	Nº de Habitantes
Branco	1.010.000
Mestiços livres	406.000
Mestiços escravos	221.000
Negros escravos	1.361.000
Índios	250.000
Total	3.248.000

Tabela 8 – População do Brasil em 1798, por etnia
Fonte: Azevedo, 1975

Grupo Étnico	1850	1890
Branços	2.482.000	6.302.198
Mestiços	2.732.000	5.934.291
Negros	2.500.000	2.097.426
Índios	302.000	-----
Total	8.020.000	14.333.915

Tabela 9 – População do Brasil em 1850 e 1890, por etnia

Fonte: Chiavenato, 1980, *apud* Lucchesi, 2009

O drástico crescimento, frisado por vários estudiosos, do número de mestiços entre o censo de 1798 e o de 1890 (aumentado em quase dez vezes) é a evidência matemática do que se passava na sociedade brasileira de então.

Para Mello (2011, p. 176), uma possível resultante linguística do processo de miscigenação no Brasil é que essa população mestiça poderia ter representado um impulso para uma variedade mesclada do português, porque essa língua seria, afinal de contas, adquirida por crianças cujas mães não tinham o português como língua materna – e talvez nem mesmo a utilizassem, dada a ampla difusão da língua geral.

Considerando as informações dadas aqui nos Quadros 3 e 4, sobre a demografia diacrônica do Brasil, Mattos e Silva (2004, p. 21) observa o descenso de africanos, índios e portugueses, enquanto cresce significativamente a população de mulatos e brancos brasileiros, totalizando as duas 62% da população do Brasil no século XIX. Diz ela que “A miscigenação e a presença não maciça de portugueses certamente são indicadores favoráveis à formação de uma ‘língua geral brasileira’”, que não seria indígena – porquanto os índios, os que não haviam fugido ou sido mortos, já se tinham integrado – e nem africana, já que os escravos acabavam por abandonar sua língua nativa ao chegar ao Brasil, onde passavam por uma seleção negativa para que ficassem isolados dos seus compatriotas. Os contendores ao posto de língua hegemônica seriam então, ainda segundo Mattos e Silva, um português africanizado ou um português europeizado.

Determinar hoje com precisão o que a prolongada existência de contatos linguísticos realizados nessas condições significou para a língua portuguesa no Brasil não é tarefa fácil, porém, se não há consenso quanto à extensão e profundidade do seu impacto, os autores são unânimes na convicção de que o português brasileiro não poderia deixar de carregar em si as consequências linguísticas de tais contatos.

4.6 A consolidação do português brasileiro

Os mestiços resultantes do processo de miscigenação, e em especial os mamelucos, foram uma importante força no desbravamento do interior do Brasil. Seu potencial para aproximar-se das nações indígenas, delas obtendo informações sobre a região, era um bem indispensável para o sucesso da empresa bandeirante. A aventura que representava tomar parte dessas ‘cidades em movimento’ era certamente um chamariz por si só, porém uma motivação adicional para aderir ao movimento era escapar à exiguidade de perspectivas para sua classe junto às comunidades já estabelecidas. Andreazza & Nadalin (2011, p.63) se referem à hegemonia do sistema de grandes lavouras, que inibiam a existência de pequenas propriedades para o cultivo de subsistência, e ao fato de que na sociedade de então os mestiços não dispunham da possibilidade de ascender à condição de ‘homens de qualidade’ e ocupar cargos administrativos, por exemplo. Restava-lhes, então, aliar-se aos bandeirantes e participar de sua expectativa de enriquecimento.

A língua geral, que os mestiços recebiam ainda no ambiente doméstico de suas mães índias, era também o veículo de catequização dos padres jesuítas e a língua hegemônica na colônia nesse momento histórico. O português é a língua oficial, a língua da administração e, por assim dizer, a língua ‘de cerimônia’. Nas palavras de Heye, & Vandresen, mesmo “na época da independência, segundo informam alguns historiadores, o português era a língua da sala de visita, enquanto nos demais contextos se falava ainda a língua geral” (2011, p. 385). O Brasil colônia é, portanto, um país bilíngue, consequência do número restrito de colonos portugueses em contraste com um vultoso contingente indígena e o crescente número de escravos. A minoria portuguesa foi, aliás, mantida durante todo o período colonial, de acordo com as estimativas populacionais disponíveis (RASO, MELLO e ALTENHOFEN, 2011, p.3).

É claro que o endosso português à política da língua geral desenvolvida pelos jesuítas foi determinante para sua prevalência por tão longo tempo em território brasileiro.

Esse endosso durou cerca de duzentos anos, até quando o Marquês de Pombal inicia, em 1757, a implementação de uma série de medidas, inclusive a expulsão dos jesuítas de Portugal e suas colônias. Uma das razões alegadas por Portugal para a expulsão era justamente a displicência dos missionários no ensino da língua portuguesa no Brasil, favorecendo a língua geral, o que Portugal enxergava como uma tentativa de minar o poder da metrópole sobre os indígenas.

O texto do próprio marquês, a seguir, expressa inequivocamente seu posicionamento em relação, primeiramente, à prática dos colonizadores, historicamente ratificada, de implementar a sua própria língua nas terras dominadas:

sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indispensável, que este é um meio dos mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo que se introduz neles o uso da língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe.

Em seguida Pombal manifesta seu repúdio ao uso da língua geral na colônia, em detrimento do português:

Observando pois todas as Nações polidas do Mundo este prudente e sólido sistema, nesta conquista se praticou pelo contrário, que só cuidavam os primeiros conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamamos geral, invenção verdadeiramente abominável e diabólica, para que privados os índios de todos aqueles meios que os podiam civilizar, permanecessem na rústica e bárbara sujeição, em que até agora se conservam.

E, ao final, anuncia os motivos para impor o ensino da língua portuguesa e proibir o ensino e o uso da língua de base tupi no Brasil:

Para desterrar este perniciosíssimo abuso será um dos principais cuidados Diretores estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum que os Meninos e Meninas, que pertencerem às escolas, e todos aqueles índios que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas nações ou da chamada geral, mas unicamente da Portuguesa, na forma que S. M. tem recomendado em repetidas ordens, que até agora não se observaram, com total ruína espiritual e temporal do Estado. (*apud* CUNHA, 1985, p.79-80)

Cunha pondera que é inegável que as medidas tomadas por Pombal surtiram o efeito desejado, uma vez que, em 1798, quando o Diretório pombalino foi abolido, “a língua portuguesa não mais precisasse ser imposta para dominar inconcussamente, com exceção da Amazônia, as próprias regiões brasileiras quarenta anos antes de predominante influência tupi.” (*op. cit.*, p. 80). Em razão disso, o autor considera que as medidas pombalinas sejam um marco fundamental em qualquer periodização da língua portuguesa, e particularmente da variante brasileira (*op. cit.*, p. 81).

Alguns autores veem que certos processos sociodemográficos seriam os verdadeiros responsáveis pelo desaparecimento da língua geral. As determinações do Marquês de Pombal seriam, então, coadjuvantes de uma “confluência de fatores que favoreceu o enraizamento do português no Brasil a partir da metade do século XVIII” (MELLO, 2011, p. 181) e por si sós

não teriam sido eficazes. Mello crê que as línguas indígenas eram implicitamente valorizadas pelo fato de Portugal ter permitido e incentivado sua adoção para a cristianização dos índios, mas o prestígio se desloca quando a língua geral é proibida e o português se torna obrigatório. Para a autora, essa transposição de valores se dá no século XVIII e os motivos que levaram a ela – considerados relevantes para trajetória do português no Brasil por diversos autores – encampam questões socioculturais, políticas e econômicas:

- (1) A descoberta de pedras e metais preciosos em Minas Gerais, graças aos paulistas, falantes da língua geral. Portugal combateu e venceu os paulistas pelo controle da região na Guerra dos Emboabas, reduzindo a presença e o status da língua indígena. O português a substituiu com a vinda de cerca de 300.000 portugueses em busca de riquezas;
- (2) Uma reorganização administrativa, financeira, demográfica e social em consequência da atividade mineradora;
- (3) A disseminação dos ideais iluministas, mais flexíveis quanto à estratificação social
- (4) A busca de ascensão social pela população de origem rústica recentemente enriquecida com a atividade mineradora;
- (5) A substituição do ensino religioso dos jesuítas pelo ensino laico;
- (6) A vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, e os eventos que disso decorreram, como a presença de 15.000 cortesãos portugueses no Rio de Janeiro –Andreazza & Nadalin calculam um influxo de aproximadamente 50.000 indivíduos nos anos próximos a 1808 – , a fundação da imprensa e de universidades, a primeira constituição brasileira, que instituiu o ensino público e gratuito;
- (7) A urbanização.

É preciso notar que todos os fatores mencionados acima significavam, de uma forma ou de outra, acréscimo no número de falantes de português – através de processos que Lucchesi (2008, p. 10) chama de “vagas de lusofonização do Brasil” – e/ou o apuro no domínio da língua portuguesa.

No entender de Lucchesi (2009, p. 48), esses eventos explicam melhor o retrocesso da língua geral no século XVIII e o avanço do português.

Parece acertado pensar aqui que convergiram as forças da forma da lei e dos diversos elementos da sociodemografia para que ao final do século XIX o português já estivesse

firmemente estabelecido como a língua do Brasil.

4.7 A língua brasileira

O estudo da situação linguística no Brasil colonial tem extensas e profundas repercussões na compreensão do português brasileiro contemporâneo.

Considerando a extensão do período colonial, o número e a complexidade dos fenômenos envolvidos, faz-se necessário dividir os três séculos de história externa em fases que permitam observar o desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil. Serafim da Silva Neto (1986, p. 67) propôs as seguintes:

- (1) De 1533 a 1654 predomina o elemento indígena, com esmagadora maioria sobre brancos e negros. Em razão disso, a língua geral é o veículo de comunicação predominante. Vigora o bilinguismo: fala-se o português e a língua geral, com predominância da última. O marco final, 1654, é dado pela expulsão definitiva dos holandeses, o que atrairá mais colonos portugueses;
- (2) De 1654 a 1808 o português amplia grandemente seu número de falantes com a vinda de novos colonos portugueses, inclusive para explorar as recém-descobertas minas de pedras e metais preciosos. A língua geral perde terreno para o português e recolhe-se para o interior e aldeamentos jesuítas. A chegada da família real portuguesa finaliza essa fase;
- (3) A partir de 1808 o português brasileiro se fortalece, mantendo o português europeu como ideal. Os avanços são mais agudos no Rio de Janeiro, com os inúmeros avanços resultantes da vinda da família real para o Brasil. As discrepâncias entre os falares rural e urbano se tornam mais evidentes.

A história que tínhamos vivido até o século XIX, sob o jugo de Portugal, não favoreceu o desenvolvimento da percepção da nossa individualidade enquanto nação. Azeredo diz que “O Brasil não teve o que poderíamos chamar [...] uma infância literária. A língua em que se escreveram nossas primeiras produções já tinha sido o meio de expressão de João de Barros [...] e de Luís de Camões.” A extensão de tempo na qual amadurecíamos política, cultural, linguística e intelectualmente e durante a qual importávamos, consumíamos e

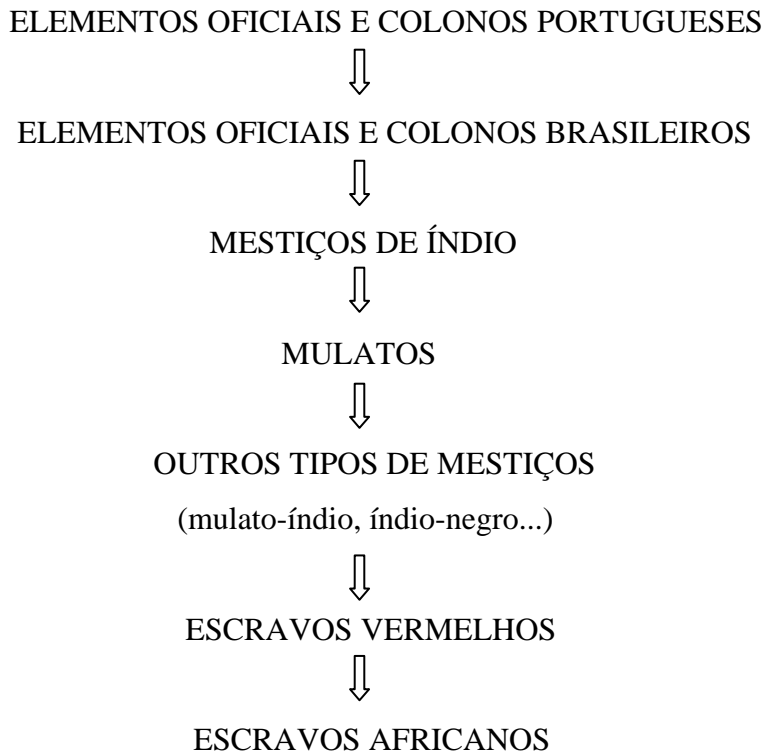
imitávamos o produto literário português ele chama de “nosso período de vassalagem política, literária e cultural” (2010, p. 541).

Entretanto, o momento da maturidade chega, ‘ainda que tardio’, e nós então nos reconhecemos brasileiros, um povo distinto do português, com uma história própria e um destino desvinculado da antiga metrópole. Para Mello (2011, p. 182) as obras literárias escritas por autores brasileiros em um português não lusitano no século XIX são a expressão linguística de uma identidade brasileira já formada, são mesmo a evidência dela.

Se no período colonial nossa história literária havia sido “em parte, um apêndice da história literária de Portugal” (AZEREDO, 2010, p. 541), por esse tempo já produzimos literatura genuinamente brasileira – nos temas que privilegia, no emprego de uma variedade do português aclimatada à terra, à gente, à cultura daqui. Os nomes dos autores são em si mesmos um atestado do amadurecimento e qualidade alcançados pelos escritores dessa fase: Gonçalves Dias, José de Alencar, Castro Alves...

O momento era muitíssimo oportuno: o romantismo abria espaço, e mesmo demandava a exploração da herança nacional, estimulando, assim, o surgimento de uma literatura “conscientemente brasileira” (ELIA, 2003, p. 132). Como ocorreu em outros países, o passado nacional foi editado e mitificado. Uma espécie de memória seletiva mantinha somente o glorioso, o virtuoso, o edificante e editava o infame, o corrupto, o embaraçoso. É interessante, e relevante para este estudo, notar que os três séculos de existência do Brasil até aquele momento ofereciam pelo menos três candidatos à idealização romântica necessária à produção de uma figura heróica que protagonizasse a epopéia brasileira: o português, o negro e o índio. O português, o colonizador, representava a figura do algoz do qual o Brasil muito recentemente se libertara e não poderia ser o herói dessa narrativa; assim, competindo o negro e o índio, encontramos no “habitante primitivo das matas brasileiras o digno e brioso antepassado da nacionalidade” (RODRIGUES, 2002, p.68). Um exame das razões para a vitória do índio sobre o negro é pertinente aqui:

À diversidade étnica dos primeiros séculos da história do Brasil corresponde uma estratificação social que atribui posições de prestígio diferenciadas a brancos, negros, índios e diversos tipos de mestiços destes. Silva Neto (1986, p. 93) descreve uma hierarquia social que levava em conta a cor da pele, a ascendência paterna e materna e a condição de liberdade/servidão. Resumimos sua descrição no diagrama abaixo, no qual o escravo negro aparece na posição mais inferior:



Os negros africanos, recém-libertados, são o elemento mais desprezado na sociedade e não despertam senão dó, não emprestam orgulho à origem brasileira. Nem mesmo a ficção seria capaz de, àquela época, forjar heróis a partir da casta mais inferior, cuja presença maciça estava firmemente associada à miséria, à servidão, à ignorância e à bestialidade. O índio, por outro lado, era uma entidade suficientemente distante para admitir o molde que a literatura lhe quisesse dar, além de ser genuinamente brasileiro. Há evidência linguística de uma percepção cultural desigual desses dois elementos étnicos nos adjetivos *ladino*, *boçal* e *bravio*. Como explica Houaiss (1992, 76-7), *ladinos* – que tinha o sentido subjacente de *espertos*, *sagazes*, *finórios* – eram os negros que já tinham certa desenvoltura no português e por isso assumiam o posto de capatazes dos escravos recém-chegados, ainda incapazes de se comunicar, os *boçais*. O que nos interessa aqui é o fato de que *boçais* também era usado em relação aos índios com parca competência no português, mas para estes últimos surgiu *bravio*, eufemismo oficial aplicado especificamente para os nativos que não se deixavam sujeitar e lutavam por sua liberdade. A distinção revela como a sociedade percebia os negros e os índios, claramente atribuindo valor à revolta indígena, associando sua atitude ao brio da raça – uma qualidade que na literatura indianista será elevada à estatura de nobreza.

O índio é, nesse momento, o herói que queremos/escolhemos e a literatura indianista somente atende ao nosso desejo e eterniza em seus textos a nossa rejeição da ancestralidade africana. Em um trabalho precursor de 1933 sobre a contribuição africana ao português

brasileiro, Renato Mendonça deduz – com ironia, nos parece – que “o negro que sua no eito e, esfalfado, trabalha sob o chicote, não oferece a mesma poesia do índio aventureiro, que erra pelas florestas...”. Para ele, os escravos africanos sustentavam a economia nacional na obscuridade, enquanto o índio “sugere motivos sentimentais para o passatempo dos elegantes do Império...”

As questões nacionalistas, entretanto, não se limitam a essa arena. Um debate correlato concerne à própria língua falada no Brasil, literária ou não. O debate é correlato porque a “questão da língua”, segundo Elia (2003, p. 13), só emergiu com o Romantismo e a Independência e:

foi com o Romantismo que se começou a incentivar [...] caminhasse a língua portuguesa no Brasil ‘livre em seus próprios movimentos’. O Romantismo rompeu com o Classicismo ao rejeitar modelos absolutos para a criação literária, no que, evidentemente, também envolvia a língua. A fonte inspiradora estava no sentimento e não na razão, sentimento individual ou coletivo, deste povo ou nação. A língua, produto coletivo, teria, pois, suas raízes na alma popular ou nacional. (ELIA, 2003, p. 14)

É no fim do primeiro quartel do século XIX que a questão começa a ser abordada (PINTO, 1978, p. XV), encabeçada pelo Visconde de Pedra Branca. A discussão que se impõe à época é: sendo uma nação independente, teria então o Brasil também uma língua própria? Teria o português se alterado tão completamente desde que aportara no Brasil, três séculos antes, a ponto de merecer agora um outro nome, o *brasileiro*, talvez?

A esse respeito nós temos registradas as “vozes” de muitos escritores brasileiros que se sentiram chamados a se manifestar ou que foram mesmo postos na berlinda por utilizar uma variedade menos lusitana do que seus críticos desejariam. Os contendores tomaram as posições de tradicionalistas ou progressistas – os primeiros viam as línguas, e o português europeu é o caso em pauta, como fenômenos estáticos que tinham de ser “protegidos” contra as “deformações” nela introduzidas pelas camadas mais baixas da população ou contra as inovações dos escritores mais ousados; eram puristas que Azeredo (2010, p. 542) define como as “forças conservadoras, tanto nacionais quanto lusitanas, que apregoavam um culto nostálgico à época de ouro da literatura portuguesa e à tradição linguística com ela identificada”. Abraçava essa postura Joaquim Nabuco, que a defende contrapondo a “raça pura” dos portugueses, mais capazes de preservar a língua, à nossa raça miscigenada, que a deformamos mais rapidamente:

[...] A raça portuguesa, entretanto, como *raça pura*, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa unidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à *deformação* que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são *os donos das fontes*; que as nossas empobrecem mais

depressa e que *é preciso renová-las indo a êles*. [grifos nossos] (CARDOSO & CUNHA, p. 228).

Entre os progressistas havia grande número de escritores brasileiros que desejavam se libertar dos cânones lusitanos e poder se expressar em uma linguagem mais próxima do falar do povo brasileiro. Ainda segundo Azeredo, José de Alencar foi o mais visado – porque, em nome de um programa de realização literária sistemático, buscou “retratar a vida brasileira no campo, na selva e na cidade e elaborou [...] uma literatura de ficção em que a paisagem, os costumes, os tipos brasileiros ganharam espaço” (2010, 541-2). Alencar se permite o direito de quebrar alguma “regrinhas mofentas”, como ele chama o padrão culto português, quando isso se faz necessário para embelezar o texto ou porque, como faz o povo brasileiro, está exercendo o seu “inauferível direito de imprimir o cunho de sua individualidade, abrasileirando o instrumento das idéias”. Ele pensa que é dessa forma que ele poderá estabelecer um elo com seus leitores: “Nós, os escritores nacionais, se quisermos ser entendidos de nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com termos ou locuções que êle entende e que lhe traduz os usos e sentimentos.” (*apud* CARDOSO; CUNHA, 1978, p. 229). Alencar é reiteradamente acusado de insubordinação gramatical e uso excessivo de termos indígenas, de neologismos, de galicismos que corrompiam a língua portuguesa, o que lhe dá a oportunidade de rebater seus críticos dizendo:

Uns certos profundíssimos filólogos negam-nos, a nós brasileiros, o direito de legislar sôbre a língua que falamos. Parece que os cânones dêsse idioma ficaram de uma vez decretados em algum concílio celebrado aí pelo século XV. Esses cânones só têm o direito de infringi-los quem nasce da outra banda [...] (*apud* CARDOSO; CUNHA, p. 229)

Em certos momentos de seus embates com os críticos de sua obra Alencar exibe uma percepção de língua absolutamente compatível com aquela que temos hoje – quando sabemos que o impulso de mudança da língua é irremovível – além de mostrar-se sensível à natureza do texto literário. E entende que “público e escritor exercem uma influência recíproca”. Em um pós-escrito a *Diva*, ele expõe suas ideias:

O erro grave da escola clássica está em exagerar a influência dos escritores sobre seu público. Entende ela que os bons livros são capazes de conter o espírito público e sujeitá-lo pelo exemplo às sãs lições dos clássicos. É um engano; os bons livros corrigem os defeitos da língua, realçam suas belezas, e dão curso a muitos vocábulos e frases, ou esquecidos ou ainda não usados. (PINTO, 1978, p. 57)

Ainda é, entretanto, um momento de conservadorismo profundamente arraigado. A posição do português europeu como ideal de correção e beleza não foi abalada entre os intelectuais por esses protestos inflamados em favor do ‘brasileiro’, ‘brasiliano’ ou ‘brasílico’

– alguns dos nomes sugeridos para a língua nacional. Lucchesi comenta a atitude contaditória de certos intelectuais:

Os membros da elite imperial brasileira, que adotavam sobrenomes indígenas e exaltavam a temática indigenista de José de Alencar, acatavam a censura que lhe faziam os puristas por conta de sua arrojada sintaxe brasileira. E achavam natural que os professores da língua nacional nos colégios da Corte fossem portugueses, porque lá é que se falava o melhor do idioma. (LUCCHESI, 2008 , p. 7)

Uma concepção equivocada de língua subjazia algumas convicções abrigadas por ambos progressistas e tradicionalistas, além de “posicionamentos políticos nem sempre dos mais isentos” (HENRIQUES, 2000, p. 17). Era prevalente à época a crença de que, da mesma forma que as línguas latinas haviam nascido do uso popular do latim, o Brasil seria inevitavelmente o lugar de origem de uma nova língua – um evento que os nacionalistas aguardavam ansiosamente ou já festejavam , e que os tradicionalistas temiam e tratavam de prevenir, policiando a própria linguagem e a dos outros. Monteiro Lobato perfilha-se entre os que abraçam a mudança, como se pode depreender do texto abaixo:

Assim como o português saiu do latim, pela corrupção desta língua, o brasileiro está saindo do português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama corromper ao que os biólogos chamam evoluir.

Aceitemos o labéu, e corrompamos de cabeça erguida o idioma luso, na certeza de estarmos a elaborar obra magnífica[...] A nova língua, filha da lusa, nasceu no dia em que Cabral aportou ao Brasil.

Não há documentos, mas é provável que o primeiro brasileiro surgisse exatamente no dia 22 de abril de 1500. [...]”(apud CARDOSO; CUNHA, p. 230)

Na segunda década do século XX, quando “forças de inovação se avultam” no “ocaso do apogeu purista” nas palavras de Pinto (1978, p. XXXIX), alguns dos irmãos de pena de José de Alencar ainda são criticados, um século depois dele, por insistirem em cautelosamente se manter, ao escrever, sob o amparo do modelo português. Um trecho de uma carta de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade ironiza a atitude de alguns escritores brasileiros, mais reverentes ao padrão culto da língua:

Mas no Brasil o sr. Carlos Drummond diz ‘cheguei em casa’ ‘fui na farmácia’ vou no cinema’ e quando escreve veste um fraque debruado de galego, telefona pra Lisboa e pergunta pro ilustre Figueiredo: – Como é que se está dizendo agora no Chiado: é ‘chega na estação’ ou chega à estação’? E *escreve* o que o sr. Figueiredo manda. (apud PINTO, 1981, p.153)

A marca desses primeiros trabalhos sobre a língua do Brasil é a abordagem emocional e de forte teor ideológico, facilmente depreendida na leitura de textos representativos do debate. Silva Neto, em 1936, se apercebia que o cunho dos debates era passional e declarava:

“Preocupados em excesso com disputas de cunho patriótico, temos deixado o trabalho científico muito de parte.” (PINTO, 1981, p. 363) A *formação* linguística propriamente – em oposição à *informação*, nascida da convicção pessoal, presente nesses estudos preliminares – se iniciou nos anos 30.

Aquele questionamento do nome da língua nacional iniciado no século anterior só tem um ponto final em 1946, quando Souza da Silveira – relator de uma comissão apontada para decidir a questão – fecha o relatório apresentado ao Ministro da Educação e Saúde declarando que “o idioma nacional do Brasil é a LÍNGUA PORTUGUESA” e opina que “a denominação do idioma nacional do Brasil continue a ser: Língua Portuguesa.” (HENRIQUES, 2000, p. 17).

Os estudos da linguagem feitos desde então, particularmente os da área da sociolinguística, nos deixam atualmente numa posição mais vantajosa para ponderar com mais objetividade sobre as relações entre língua e sociedade, cultura, ideologia e literatura.

5 CRIOLIZAÇÃO E/OU DERIVA?

Na interpretação das evidências linguísticas e sócio-históricas disponíveis, os estudiosos da língua portuguesa se espraiam em diferentes direções teóricas para explicar a origem do português brasileiro. Duas dessas direções, a crioulista e a derivacionista, se opõem e são fundamentais para o entendimento das restantes por serem fundadoras, ou seja, por serem os núcleos a partir dos quais brotaram as demais. Grande parte de seus estudos é feito sobre as mesmas fontes, mas as suas leituras desse material enfocam pontos diferentes e dele extraem conclusões muito distintas.

Na perspectiva crioulista, a superior proporção dos escravos negros e seus descendentes, que aprendiam o português em condições precárias, em relação aos brancos falantes do português como língua nativa, teve um grande impacto sobre o português, simplificando sua estrutura; alguns linguistas percebem entre o português popular e o português culto do Brasil distinções tão significativas que cogitam haver na língua falada uma forte influência de falares crioulos que teriam existido no Brasil colonial. Apresentam como evidência a estrutura simplificada do português popular do Brasil.

Na perspectiva derivacionista, o português europeu anterior à colonização brasileira já exibía tendência aos fenômenos hoje encontrados na nossa variedade do português. Esses estudiosos questionam a importância ou mesmo a existência de línguas crioulas no Brasil, explicando as características do português popular brasileiro pela continuidade em nossa terra de fenômenos linguísticos já registrados no português arcaico. Castilho (1992, p. 241) nomeia as hipóteses acima e acrescenta uma terceira:

- (1) Tese da ancianidade de nossa língua: existe uma linha de continuidade entre o português arcaico e o português brasileiro.
- (2) Tese da emergência de uma nova gramática do português: pelas diversas influências que sofreu quando foi implantado no Brasil, o português brasileiro passou a desenvolver uma nova gramática a partir do século XIX.
- (3) Tese crioulista: o português brasileiro apresenta características que descendem de um período de falares crioulos e semicrioulos usado pelos escravos africanos em território brasileiro.

Naro & Scherre (2007, p. 88) incluem novos posicionamentos teóricos e esquematizam sete posições adotadas por pesquisadores que mesclam e enfatizam um ou

outro dos itens acima, além de incluir outros fatores:

- (1) Mudança natural
- (2) Crioulização clássica
- (3) Semicrioulização ou crioulização leve
- (4) Confluência de motivações e semicrioulização
- (5) Mudança natural e confluência de motivações
- (6) Confluência de motivações com seleção de traços menos marcados e fuga de traços estigmatizados
- (7) Mudança interna abrupta na gramática dos aprendizes do português como segunda língua, com mudanças graduais para as gerações seguintes, propondo-se conciliar a abordagem histórica, a noção de deriva e a abordagem gerativa.

Eles próprios se inscrevem, em obra de 1981, como afiliados da primeira hipótese, que credita as especificidades do português brasileiro à mudança natural por que passam as línguas no decorrer do tempo. Em trabalhos de 1993 e 2000 eles advogam também uma a confluência de motivações para as mudanças, afiliados à quinta hipótese acima. Lucchesi apoia a hipótese de uma semicrioulização ou crioulização leve.

A tese da mudança natural, ou deriva, e as teses da crioulização e semicrioulização colhem a sustentação dos seus argumentos na sócio-história do Brasil, particularmente nos três primeiros séculos: os aspectos da colonização brasileira que têm maior impacto sobre a formação de uma variedade brasileira do português são o ponto de partida para a reconstituição da(s) realidade(s) linguística(s) que o Brasil vivenciou e para a construção dos argumentos que fundamentam suas hipóteses sobre a origem do português do Brasil.

As perspectivas são antagônicas, essencialmente, e seus defensores enfáticos e convictos em suas proposições. Naro & Scherre, de um lado, negam categoricamente a possibilidade de as marcas do português popular do Brasil terem outra fonte que não a européia. Eles se propõem a apresentar com seu trabalho que:

Características morfossintáticas e fonológicas do português brasileiro, atualmente envoltas em estigma e preconceito social, são heranças românicas e portuguesas arcaicas e clássicas, e não modificações mais recentes advindas das línguas africanas, que vieram para o Brasil com seus povos escravizados e subjugados, ou das línguas dos povos ameríndios, que aqui já se encontravam quando vieram os colonizadores europeus. (2007, p.17)

Naro & Scherre buscam minimizar a possibilidade de existência de um pidgin ou crioulo africano enfatizando a inexistência de amostras da fala dos negros necessárias e

suficientes para satisfazer a comprovação científica:

Apesar da riqueza das fontes disponíveis a respeito da fala dos índios e brancos, é escassa qualquer evidência documental específica quanto ao português ou outras línguas faladas pelos africanos no Brasil, além de algumas menções breves de africanos que não dominavam o português, mas apenas a língua geral tupi ou línguas africanas. A documentação não transmite nem a mais leve suspeita de que a língua portuguesa falada pelos brasileiros descendentes dos primeiros cativos africanos fosse diferente da fala de brasileiros de outras origens étnicas. (2007, p. 28)

Esse fato é inegável. A própria condição sub-humana dos escravos explica a ausência de textos registrando sua língua, bem como o desinteresse de outros em descrever sua fala.

De fato, toda a hipótese crioulista ou semicrioulista se sustenta somente sobre teorias da pidginística e crioulistica, da aprendizagem de segunda língua por adultos e da sociolinguística, além de fazer largo uso de informações sociohistóricas. Lucchesi (2009), apesar de não advogar a existência de um crioulo relevante – de uso amplo e duradouro – na colônia, ressalta a massiva presença de africanos no Brasil e insiste que sua contribuição na estruturação do português brasileiro tem sido menosprezada. Contrariamente a Naro & Scherre, então, enfatiza o grande número de africanos no Brasil, sua disseminação por todo o território, bem como as condições sob as quais aprendiam o português:

Até meados do século XIX, os portugueses e seus descendentes diretos constituíam apenas um terço da população brasileira. Os outros dois terços eram constituídos por africanos e índios e seus descendentes, com larga predominância dos primeiros na maior parte do território brasileiro. A grande maioria desses indivíduos tinha de aprender o português nas condições mais adversas, trabalhando como escravos nas grandes plantações do interior do país, de modo que o conhecimento que adquiriam da língua do colonizador se restringia a um vocabulário reduzido, praticamente desprovido de estrutura gramatical. E as crianças que nasciam nessas condições sub-humanas não tinham, normalmente, acesso à língua nativa dos pais, muitas vezes falantes de línguas mutuamente ininteligíveis, tendo aquelas de desenvolver a sua linguagem a partir do modelo altamente defectivo de português falado como segunda língua por estes. (2009, p. 28)

Não há evidência concreta de que tenham havido pidgins e/ou crioulos entre os africanos no Brasil, porém sua existência é inferida a partir dos conhecimentos teóricos fornecidos pela crioulistica e do fato de que o Brasil no século XVI era o ambiente ideal para o nascimento de um pidgin e o desenvolvimento de um crioulo: uma área isolada habitada por populações que falavam línguas mutuamente ininteligíveis, mas que interagiam e precisavam se comunicar – os portugueses, uma multiplicidade de nações indígenas e levas sucessivas de negros oriundos de tribos africanas distintas.

Os linguistas contrários à tese da deriva, tentando encontrar ainda hoje a prova de uma herança africana na estrutura do português do Brasil, voltam-se para a busca de evidências na

própria língua. Eles encontram na assim chamada polarização do português brasileiro um indício de que no passado o contato linguístico massivo com escravos que falavam o português como segunda língua acabou por transferir para a fala do estrato social com menos acesso à escolarização certos traços de simplificação típicos das línguas crioulas.

A literatura sobre a tese crioulista ou semicrioulista aponta com frequência a concordância de número plural e a flexão verbal como evidência da influência de falares crioulos sobre a formação do português brasileiro. O argumento dos linguistas partidários dessa hipótese é que os mecanismos de concordância no português do Brasil, particularmente da concordância nominal, são equiparáveis àqueles encontrados nos crioulos – línguas cuja característica principal é a simplificação morfológica e sintática e que em geral têm uma única forma lexical que não se modifica para indicar pessoa, gênero, número, etc. A ‘africanização’ do português teria provocado uma sua reestruturação e simplificação gramatical.

Na seguinte passagem Lucchesi (2009, p. 31) esclarece a relação entre a fala dos escravos, classes sociais, norma culta e popular:

No cenário polarizado da formação histórica da realidade linguística brasileira, o contato entre línguas afetou diretamente a formação dos padrões coletivos de fala da maioria da população do país (o que se denomina aqui norma popular) e só indiretamente a fala das classes economicamente privilegiadas, tradicionalmente chamada de norma culta. E os mecanismos gramaticais em que os efeitos do contato linguístico são mais notáveis são exatamente os mecanismos da concordância nominal e verbal, de modo que a falta de concordância constitui a grande fronteira sociolinguística da sociedade brasileira. É sobre ela que incide, em sua forma mais virulenta, o preconceito linguístico.

Naro & Scherre (2007, p. 32) refutam esse ponto de vista afirmando que “é perfeitamente possível [...] que a língua portuguesa já possuísse o embrião do novo sistema mais analítico antes mesmo de sair da Europa”, tendo em vista que existe uma tendência generalizada em direção à uniformização morfológica nas línguas românicas, nas quais somente sobrevivem as formas irregulares mais salientes. Seu argumento em defesa dessa idéia é longo e o que apresentamos a seguir são as evidências linguísticas que ele oferece em favor da tese de que a concordância de número plural típica do português popular do Brasil já existia antes de os portugueses aportarem em terras brasileiras.

Tratando especificamente da eliminação do -s final, ele diz que a menção à sua ausência no português europeu é rara, mas que há evidências históricas de comportamento variável do -s desde o latim antigo até as línguas românicas ocidentais modernas. Segundo ele, encontra-se omissão do -s final já nos dialetos pré-românicos e nas inscrições latinas primitivas ele é omitido livremente. Ele cita o francês para ilustrar a mudança na pronúncia do -s final. Segundo ele, até o século XV o -s final no francês era pronunciado, mas atualmente a

diferença entre singular e plural na língua falada só é percebida nos determinantes nominais e nos casos de ligação. Dessa forma, uma frase como *les mêmes petits livres verts le passionnait*, que na escrita tem tantas marcas de plural (sublinhadas), quando falada seria o equivalente, em termos de não concordância, a ‘os mesmo pequeno livro verde o apaixonou’.

Chama a atenção, como aponta Naro, o fato de que a localização da marca de plural no início do sintagma nominal seja uma forte marca de pidgins e crioulos e de algumas línguas africanas¹¹. A mesma característica aparece também no português popular do Brasil e resume o debate sobre a origem do português brasileiro: ele marca o plural dessa maneira pelo contato que teve com línguas ou crioulos africanos ou porque segue uma tendência das línguas românicas? Naro e Lucchesi fizeram escolhas divergentes para dar resposta a essa questão.

Não há como negar a importância da contribuição africana na formação do português brasileiro e nenhum dos lados deste debate declaradamente menospreza o aporte dos escravos negros à nossa língua. Porém seria possível acatar a hipótese da crioulição ou semicrioulição sem nenhuma documentação concreta de sua existência? E, por outro lado, como ignorar que marcas apresentadas como evidências do resultado do contato do português com a referida língua crioula no Brasil estejam presentes em textos anteriores à colonização? O apelo das evidências apresentadas por Naro & Scherre se origina no anseio pelas provas concretas, palpáveis das ciências exatas.

Uma das lições mais vívidas da linguística histórica é que as línguas mudam e que há regularidade nessas mudanças. Entretanto, os dois lados desta controvérsia estudam a mudança linguística a partir de um ponto de vista científico particular, oriundos ambos de dois momentos distintos da história da linguística. Na perspectiva formalista, em que a língua é vista somente como uma estrutura encerrada em sua lógica interna, um grupo inteiro de línguas, as românicas, exibindo transformações de uma mesma ordem, a simplificação da concordância de número plural, confere sólida sustentação e credibilidade à hipótese de que tais mudanças são produto do funcionamento inerente ao sistema linguístico. A tese derivacionista não está equivocada, ela apenas foi superada pelo surgimento de uma nova perspectiva que, sem ignorar o funcionamento interno do sistema linguístico, amplia o foco do estudo da língua para incluir o meio, as circunstâncias em que é falada, porque a ela interessam os próprios falantes.

¹¹ É curioso observar que a comparação com o francês, que aqui tem o propósito de ilustrar uma tendência das línguas românicas em direção à eliminação das marcas de plural na oralidade, é apresentada por outros linguistas (Bagno, 2011) para argumentar que não há cientificidade na diferenciação de crioulos e línguas não crioulas, uma vez que a simplicidade linguística, e em particular a omissão do –s final na concordância de número plural identificada como marca dos crioulos, é também encontrada na língua francesa.

Naro e Scherre apresentam argumentos que não podem ser ignorados. Lucchesi não os ignora. Ele os incorpora, mas não os toma como bastantes. Ele os supera e avança.

A polarização sociolinguística que marca a formação histórica da realidade linguística brasileira, apartando a fala de uma elite que sempre teve os olhos voltados para a Europa, em busca de seus modelos culturais e linguístico da fala da grande maioria da população que, no cadinho de sua pluralidade étnica, cultural e linguística, forjou os elementos definidores da originalidade cultural e linguística do Brasil, que tanto assombram e encantam o mundo ocidental, desautoriza todos os estudos que apresentam uma história única para o português brasileiro. Assim como “o português são dois”, a sua história é igualmente bifurcada. (LUCCHESI, 2009, p. 29)

Lucchesi encara como “preconceito e estreiteza teórica” as tentativas por parte de alguns linguistas de minimizar ou negar a participação dos africanos e seus descendentes na formação da língua nacional, uma suspeita que não é descabida, se considerarmos a história do nosso país e a história do próprio português brasileiro.

Melo, após a consideração dessas duas grandes linhas investigativas da origem do português brasileiro, a de mudanças intrassistêmicas pela deriva e a de mudanças intersistêmicas provocadas pelo contato linguístico, pondera que nem uma nem outra por si sós esclarecem satisfatoriamente a origem do português brasileiro e propõe que a convergência entre as duas teses é a alternativa mais acertada para a compreensão da questão:

Dado o que conhecemos da situação linguística do Brasil colônia, rejeitaríamos os dois extremos [...] e argumentaríamos a favor da possibilidade de convergência entre elas em relação a alguns aspectos do PBV, desde que se adote uma perspectiva multifacetada e que se admitam processos complexos que levam a um equilíbrio entre forças evolutivas distintas. Sumarizando, um processo potencializaria o outro, ou seja, elementos gramaticais fracos, com tendência a apagamento, por exemplo, sofreriam um incremento nesse processo, se constituíssem simplificações em um sistema adquirido como segunda língua. (MELLO, 2011, p. 177)

A convergência, desse modo, se apresenta como a solução para a questão da criouliização. Com ela nenhuma informação relevante sobre a história da língua portuguesa no Brasil é perdida. Ao contrário, Todos os preciosos dados de que dispomos se somam para produzir um quadro mais completo e satisfatório da origem da variedade brasileira do português.

CONCLUSÃO

O índio, o negro e o branco... Na história do Brasil, a composição do nosso povo é um lugar-comum, repetido por escolares nos primeiros anos de estudo. Por que uma noção tão primária na história se revela tão controversa na linguística? Nós nos convencemos de que a nossa nação aprendeu a valorizar o legado cultural de todos os povos que construíram o Brasil. O discurso midiático divulga cotidianamente que a mistura é que nos fez únicos, singulares. Entretanto, nossa resistência à ideia de que o português brasileiro é, também ele, resultante dos aportes feitos à língua desde o período colonial parece indicar a necessidade de questionar a profundidade e a sinceridade da valorização equânime dos nossos elementos étnicos.

Aceitar que nossa língua é produto de misturas tem demonstrado ser um processo moroso no Brasil, sendo desafiadora a tarefa de reconhecer e valorizar na nossa língua aquela mesma origem africana que aparentemente nos orgulha em outras áreas. Nossa rejeição da ancestralidade africana no português brasileiro está em desacordo com o orgulho com que mostramos a nossa aparência única – fruto das contribuições genéticas de tantas etnias – e exibimos ao mundo a nossa riqueza cultural – um outro resultado da nossa origem miscigenada, que ainda guarda em si o legado de povos de diversas origens. No português brasileiro, o caráter distintivo dessa variedade da língua portuguesa, marcado que é pela multitude de escravos africanos que integraram a população brasileira, segundo a perspectiva crioulista, não tem essa origem reconhecida pela totalidade da comunidade científica que estuda a questão, embora a sólida fundamentação sócio-histórica dessa hipótese tenha conquistado adeptos em muito maiores números nos estudos atuais.

A sociolinguística tem nos confrontado nos estudos recentes do português brasileiro com uma abordagem menos “higienizada” da mudança linguística do que aquela proposta pelos formalistas, uma abordagem que não somente inclui, mas necessita dos dados sócio-demográficos para se sustentar, e por isso tem sido rejeitada por alguns estudiosos como inconclusiva.

De fato, é muito o que não sabemos. Porém, se não sabemos exatamente como se comunicavam as sucessivas gerações de habitantes do Brasil, sabemos que os brancos eram minoria, que o ambiente era multilíngue e que os contatos linguísticos eram próximos, frequentes e que duraram séculos. Seria razoável esperar que a língua portuguesa em sua variedade brasileira saísse intacta de tais circunstâncias?

De conjunturas semelhantes se originaram crioulos em outros países, enquanto o nosso

fala português. Duas questões, então, se impõem: Por que não temos um crioulo no Brasil? E que português temos aqui, se ele já se distingue tanto do português de Portugal e se apresenta variedades internas tão significativamente diferentes entre si? Acreditamos que seria, necessariamente, um português profundamente marcado pela convivência íntima e prolongada com aloglotas.

Perplexidade é a palavra que pode descrever a reação do leitor principiante frente à multiplicidade de dados que têm o potencial para impactar o desenvolvimento de uma língua e às conflitantes interpretações que eles suscitam de diferentes teorias linguísticas. A continuidade da leitura, no entanto, fortalece a convicção de que a língua se constrói na sua história, se constituindo à medida que também se constitui a nação.

Se a questão for somente – como foi a que inicialmente motivou essa pesquisa – se houve ou não um crioulo no Brasil, os argumentos de Naro & Scherre nos deixam muito seguros na convicção de que i) os estudos sócio-históricos não fornecem absolutamente nenhuma evidência concreta de que uma tal língua tenha existido em nível nacional; e que ii) grande parte das peculiaridades do português brasileiro pode ser explicada pela deriva, uma vez que podem ser encontradas no português europeu anterior à colonização do Brasil ou em outras línguas românicas. Quando, porém, a questão passa a focar o grau do impacto causado sobre o português brasileiro pela presença massiva dos escravos africanos no Brasil colonial, os argumentos de Lucchesi ganham força, com o alicerce de teorias de mudança linguística.

A própria exiguidade de dados exatos disponíveis sugeriria o máximo aproveitamento de *todas* as informações que temos. Optar por uma ou outra das teses significaria a perda de dados. Ambas as hipóteses têm importantes contribuições para o entendimento mais amplo e profundo da língua que falamos hoje no Brasil, e, se é fato que são antagônicas entre si quando tomadas, cada uma, como explicação única para a origem do português brasileiro, convergindo elas se complementam, como partes de um enigma que ao se juntarem se aproximam de uma solução.

REFERÊNCIAS

- ALKMIM, Tania; PETTER, Margarida. *Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje*. In: PETTER, Margarida; FIORIN, José Luiz (Org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2009.
- ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sergio Odilon. História da ocupação do Brasil. In: MELLO, H.; ALTENHOFEN C. V.; TOMMASO, R. (Org.). *Os CONTATOS LINGUÍSTICOS no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2010.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: Editora da USP, 1971.
- BAGNO, Marcus. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.
- BAUER, Laurie; TRUDGILL, P. *Language myths*. London: Penguin Books, 1998.
- BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: PETTER, Margarida; FIORIN, José Luiz (Org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2009.
- BONVINI, Emilio. Os vocábulos de origem africanana constituição do português falado no Brasil. In: PETTER, Margarida; FIORIN, José Luiz (Org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2009.
- CARDOSO, W.; CUNHA, Celso. *Estilística e gramática histórica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- CASTILHO, Ataliba de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTILHO, Ataliba de. O português brasileiro. In: ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 1992.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- CASTRO, Silvio. *A carta de Pero Vaz de Caminha: o descobrimento do Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1996.

COUTO, Hildo Honório do. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

CUNHA, Celso. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

CUNHA, Celso. *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ELIA, Sílvio. *Fundamentos histórico-lingüísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

FITZPATRICK; BACHENKO; HINDLE. The status of telegraphic languages. In: GRISHMAN, Ralph; KITTREDGE, Richard (Ed.). *Analysing languages in restricted domains – sublanguage description and processing*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc, Publishers. 1986. Disponível em: [www. google.com.br/books](http://www.google.com.br/books). Acesso em: jan. 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2004.

GUY, Gregory Riordan. A questão da crioulização no português do Brasil. In: ZILLES, Ana Maria Stahl (Org.). *Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

HENRIQUES, Claudio Cezar. É uma língua portuguesa, com certeza. In: CONGRESSO INTERNACIONAL BRASIL 500 ANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2000, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2000. p. 217-219.

HEYE, Jurgem; VANDRESEN, Paulino. Línguas em Contato. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

HOLM, John A. *An introduction to pidgins and creoles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HOUAISS, Antônio. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2011.

LANG, Jürgen. *Gramática do crioulo de Santiago (Cabo Verde)*. Disponível em: <<http://www.opus.ub.uni-erlangen.de/opus/volltexte/2012/3544/pdf/PrimeiroCapCAituloIncluCAdo.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

LUCCHESI, Dante. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: LIMA, Ivana Stolze;

CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008. p.151-180. Disponível em:
<<http://www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/10122008232732.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v.17, n.1, p.97-130, 2001. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502001000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 nov. 2011.

LUCCHESI, Dante. Aspectos da gramática do português brasileiro afetados pelo contato entre línguas: a flexão de caso dos pronomes pessoais. In: MEIRA, Vivian (Org.). *Português brasileiro*. Salvador: Eduneb, 2009.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, I. (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, I. (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009.

MELLO, Heliana. Formação do português brasileiro sob a perspectiva da linguística de contato. In: MELLO, H; ALTENHOFEN C. V.; TOMMASO, R. (Org.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

MOORE, Denny. Línguas indígenas. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

MÜHLHÄUSLER, Peter. *Pidginization and simplification of language*. Camberra: Pacific Linguistics, 1974.

NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz: Ed. da USP, 1984.

PERINI, Mário A. Quadro geral do português do Brasil hoje. In: MELLO, H; ALTENHOFEN C. V.; TOMMASO, R. (Org.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PETTER, Margarida. A influência das línguas africanas no português brasileiro. In: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V.; TOMMASO, R. (Org.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PINTO, Edith Pimentel (Org.). *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 1: 1820/1920, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da USP, 1978.

PINTO, Edith Pimentel (Org.). *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 2: 1920/1945, fontes para a teoria e a história. São Paulo: Ed. da USP, 1981.

RAIMUNDO, Jacques. *A língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

RASO, Tommaso; MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V. Os contatos linguísticos e o Brasil: dinâmicas pré-históricas, históricas e políticas. In: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V.; TOMMASO, R. (Org.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de História Linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

SEBBA, Mark. *Contact languages: pidgins and creoles*. New York: Palgrave, 1997.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WEINREICH, Uriel. *Languages in contact*. New York: Mouton Publishers, 1979.